

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

PROGRAMA ELEITORAL | SANTA MARIA DA FEIRA | AUTÁRQUICAS 2021

Eco - Consciente, um Futuro Bem Presente

O PAN - Pessoas-Animais-Natureza encara a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que as nossas e os nossos eleitores depositam em nós, porque nas últimas legislativas em outubro 2019, o PAN em Santa Maria da Feira, foi a 5ª força política.

Sentimos a responsabilidade que decorre de sermos a voz de quem nos confiou o seu voto e hoje, ter a oportunidade de contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo, no nosso concelho.

Somos um partido de causas e é em nome dessas causas que o PAN se apresenta às Eleições Autárquicas 2021 de Santa Maria da Feira, com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica que perspectiva a saúde humana e a saúde do planeta como duas faces de uma mesma moeda e afirmando que só com uma visão integrada poderemos alcançar aquilo que comumente chamamos de qualidade de vida ou de “bem viver”. Este programa pretende assumir uma resposta aos dois grandes desafios do tempo presente: a crise climática e a crise sócio-económica causada pela Covid-19. Dois desafios só por si extremamente exigentes, mas que, uma vez coexistindo no tempo, exigirão ainda mais de todas e todos nós.

Os próximos quatro anos serão, pois, especialmente complexos à escala global e, por maioria de razão, à escala local, com o nosso município a ser chamado para a linha da frente da implementação das políticas públicas, num cenário de descentralização de competências que pode ter o mérito de aproximar as respostas necessárias às populações, mas também o risco de se consumado sem planeamento e sem o necessário investimento, colocar o concelho já de si a vários ritmos, ainda mais fragmentado.

Santa Maria da Feira é um concelho com diversos rios e afluentes, paisagens verdejantes de um património natural vastíssimo, com pessoas afáveis e carinhosas que se orgulham da cultural e património histórico, como o seu castelo, onde a história deste concelho se molda. O espírito feirense sente-se nas ruas, nos jardins, nas fogaças, nos rios, nos convívios e na cultura da música que preenche a alma. É um concelho que abraça e que acolhe quem recebe. A sua localização, entre Aveiro e Porto, faz do nosso concelho um lugar apelativo para se viver. Assim, temos de ser capaz, hoje dar resposta aos desafios ambientais, ao respeito pelos direitos humanos e dos animais, assente numa gestão transparente e próxima dos e das feirenses.

Queremos um concelho inclusivo, com políticas efetivas de apoio e adequadas às especificidades das cidadãs e dos cidadãos, onde se promove a abertura da sociedade à diferença como parte da identidade de cada uma e cada um, o que não pode nunca ser sinónimo de exclusão ou indiferença. É preciso dar oportunidades às pessoas para escolherem o seu próprio caminho, para construírem o seu projeto.

Santa Maria da Feira, tem vindo a sofrer alterações muito negativas por força de decisões políticas pura e exclusivamente focadas no fator económico, sem qualquer equilíbrio e respeito ambiental: seja pelas alterações paisagísticas decorrentes do abate consecutivos do património arbóreo, incluindo árvores protegidas como o sobreiros, para dar lugar há construção de hipermercados, a requalificações de espaços, outro referência da memória coletiva dos Caldenses, falamos do projeto de requalificação das Termas das Caldas de São Jorge. O facto da construção de novas zonas industriais (PERM), sem que as mais antigas sejam recuperadas e estejam deviamente ocupadas, além de colocar em causa o bem-estar da população, nas áreas envolventes tem impactos ambientais preocupantes.

O caso de Canedo, que têm a funcionar três “lixeiros a céu”, onde a população foi, literalmente deixada ao abandono por um poder político e público refém de interesses económicos, em que o impacto na saúde pública da população, é notório e uma vez mais o impacto ambiental gerado pela infiltração de lixiviados nas águas subterrâneas, que vão parar ao rio Uíma. Mais um exemplo desta visão unilateral que nos preocupa, é o caso da aprovação por parte do Ministério do Ambiente e da CM de Santa Maria da Feira de projetos que à prior poderiam ser uma mais valia para o Concelho, falamos da Instalação da Central fotovoltaica, na encosta do Pinhal do Conde em São João de Ver, mas que irá acarretar graves impactos ambientais, paisagísticos, destruição de diversos ecossistemas, pois estamos a falar da destruição daquele que é o pulmão verde da Freguesia, porque conduzirá ao abate de toda uma extensa floresta, à movimentação de terras, linhas de água e mais grave à alteração térmica e de luminescência em toda a envolvente, sabendo

que São João de Ver, é densamente povoado com uma população acima dos 11.000 mil habitantes, facto que devia ser dissuado da viabilidade do projeto.

Os pratos da balança estão preocupantemente desequilibrados no que diz respeito à proteção ambiental e à justiça intergeracional, por conta de um contínuo ignorar das prioridades que importa assegurar em matéria de sustentabilidade.

Assistimos, nos últimos anos, a uma falta de políticas e planos integrados para dar resposta à problemática do abandono de animais de companhia e ao controlo da população errante. O resultado está à vista! Um canil intermunicipal sobrelotado e centenas de animais condenados a uma vida enclausurada, pagando por um crime que não cometeram. A falta de sensibilidade para o bem-estar animal impediu a implementação de medidas integradas onde se efetivou a construção de um canil municipal, de pequena dimensão que não serve todas as freguesias e mais uma vez sem planear a prevenção, sem pensar na raiz do problema. Desde a publicação da Lei 27/2016, de 23 de agosto que a autarquia deveria ter diligenciado para proceder às adaptações necessárias e implementar programas CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) para gatos em todo o concelho, no entanto o assunto continua a ser desconsiderado.

Organizamos o nosso programa autárquico em **4 grandes eixos**, que colocam pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, sendo que não concebemos um cenário em que um destes três pilares se autonomiza face aos demais. E este é, orgulhosamente, um traço distintivo do PAN, sempre



com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra.

Eixo 1 - Ação Climática e Ambiente	1
Eixo 2 - Efetivar os Direitos Humanos	15
Eixo 3 - Proteção e bem-estar animal	64
Eixo 4 - Administração do Município e Gestão do Território	72

Eixo 1 - Ação Climática e Ambiente

Entramos no ano de 2021 a menos de uma década do ponto de não retorno. Todos os esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são poucos para evitar esta ameaça à vida no Planeta. Os fatores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito de estufa são a pecuária, a alteração do uso do solo, a desflorestação, a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura intensiva. É por isso fundamental o contributo a nível municipal para a redução destas emissões.

Ao mesmo tempo é fundamental alterar o paradigma em que vivemos, que visa a obtenção de lucro financeiro de curto prazo, para um paradigma de valor económico de longo prazo, um paradigma que reflita na economia o real valor dos bens e dos recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos sejam as melhores para a humanidade, em detrimento do lucro no curto prazo. É com base nesta mudança de mentalidade que reside a visão do PAN, sendo que as nossas propostas neste eixo de atuação se centram, precisamente, em ações que contribuem para o equilíbrio dos limites planetários, porque todas e todos temos de ser agentes dessa mudança. Sem a nossa casa comum, a vida, tal como a conhecemos, não irá continuar. Nesta visão transversal, todas as políticas municipais devem ter como base a intenção de contribuir para a “poluição zero”, criando mecanismos de monitorização, envolvendo as comunidades educativas e a participação cidadã.

Adaptação às alterações climáticas

O PAN de Santa Maria da Feira reconhece a urgência da concretização de planos e criação de estratégias a curto e médio prazo por forma a dar resposta às alterações climáticas. Nesse sentido, defendemos a:

- Elaboração de um **Atlas de risco das alterações climáticas**, a nível municipal, onde se inclui um **Plano de adaptação às alterações climáticas**:
 - Identificação e calendarização de ações, para horizontes temporais em cada 4 anos, enquadrados num prazo de 50 anos, sendo focadas, pelo menos, as áreas sectoriais do ordenamento do território; dos recursos hídricos; das florestas; das atividades industriais, do planeamento de ações pela Proteção Civil
 - A revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, incluindo os resultados e informação constantes no Atlas de risco das alterações climáticas e do plano de adaptação às alterações climáticas
- Elaboração de um **estudo sobre a pegada ecológica dos municípios** e da *bio capacidade* do concelho¹
- **Adesão do Município à Rede de Cidades Protetoras da Terra** - onde se incluem 5 objetivos chave:
 - Criar uma estratégia e um prazo para atingir um futuro com neutralidade carbónica
 - Pôr em prática a transição para uma vida sustentável e regenerativa

¹ <https://zero.org/resultados-da-pegada-ecologica-e-da-biocabacidade-de-seis-municipios-portugueses/>

- Proteger e melhorar os ecossistemas, os habitats e as espécies dentro e à volta da cidade
 - Ser pioneiro na redução e eliminação do uso único de plástico, distribuindo pelo comércio local sacos de pano/rede/outro sustentáveis e banindo na totalidade o uso de garrafas de água de plástico em todos os organismos públicos
 - Promover debates sobre as emergências climática e ecológica.
- Instituir no 1º domingo de cada mês a iniciativa “Município sem Carros” e alargar a “Hora do Planeta”² a todos os fins de semana.

Ecossistemas e biodiversidade

Este é o momento de trazer, de devolver a Natureza, ao Município de Santa Maria da Feira, valorizando-o, dar-lhe um lugar de destaque, devolver-lhe uma vida mais diversa e activa a fim de conciliar o bem-estar ambiental com o humano.

Cabe, hoje ao Município um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização, de gestão das áreas protegidas de âmbito local e cogestão das de âmbito nacional regional a nível das entidades intermunicipais, mas também no restauro, proteção e resiliência dos ecossistemas.

Iremos pautar-nos pela promoção da biodiversidade, devendo todos os projetos fornecer uma abordagem participativa de co-construção e envolvimento do cidadão, desde a concepção à implementação, ao acompanhamento e à manutenção.

² https://www.naturezaportugal.org/o_que_fazemos_222/clima_e_energia/hora_do_planeta/

Assim, a autarquia e a população devem assumir para si o papel de conservar a biodiversidade, promovendo a conservação de forma a inverter a sua perda. Além da importância da criação de áreas verdes no centro urbano, paralelamente estas devem ligar os espaços fragmentados espalhados pela cidade através dos denominados “corredores verdes” ou “corredores ecológicos”. Mas também as boas práticas ambientais devem ser incentivadas e promovidas pela autarquia. Tudo isto se traduz em efeitos positivos na qualidade de vida urbana, na saúde e na adaptação às alterações climáticas.

Assim, propomo-nos:

- **Declarar o Município livre de herbicidas**

O uso indiscriminado de herbicidas, como controlo de ervas em espaços públicos, ao longo dos últimos anos, contraria todas as indicações que vão no sentido de evitarmos ao máximo a sua utilização. Contudo, o que vemos é a exceção tornada regra, com aplicações diurnas de herbicida, na sua maioria sem qualquer aviso prévio nos locais de aplicação e sobre os cuidados a ter ou informação disponível sobre os impactes para a saúde humana e biodiversidade.

Assim, consideramos fundamental:

- **Dotar as juntas de freguesia de meios técnicos, recursos humanos ou dotação financeira equivalente para a adoção de métodos alternativos ao uso de herbicidas.** Paralelamente, desenvolver sessões de esclarecimento e sensibilização para a necessidade da criação e manutenção de espaços verdes. Incentivar e apoiar iniciativas que envolvam a comunidade na criação de ruas verdes e promotoras da biodiversidade.

Um bom exemplo a CM de Setúbal que optou pela compra de uma viatura elétrica de monda térmica a vapor de água.

- A **realização de análises mensais** à água de consumo do município e **fontanários de acesso público** para deteção de glifosato e alargar as mesmas **aos alimentos** introduzidos na cadeia de consumo nos mercados abastecedores municipais e em pequenas mercearias e mercados urbanos (formais ou informais), desenvolvendo projetos de parceria com as principais cadeias de hipermercados por forma a incentivar o aumento de oferta de produtos biológicos
- Incentivar e apoiar práticas agrícolas que reduzam a utilização de produtos químicos na produção de hortícolas ou frutícolas.

Paralelamente:

- Elaborar um plano estratégico específico para a **preservação dos polinizadores**, criando zonas protegidas para polinizadores, tendo em conta a elevada importância destes na biodiversidade
- Criar ligações verdes nas infraestruturas rodoviárias, elevadas ou no subsolo garantindo a existência de **corredores ecológicos**³ e dessa forma o cumprimento da sua função básica: redução dos efeitos da fragmentação dos ecossistemas e livre circulação de animais

Património florestal

³ <https://www.biologianet.com/ecologia/corredores-ecologicos.htm>

O património arbóreo de cada município é único e demora anos a crescer, devendo por isso ser respeitado. O PAN defende o aumento da criação de espaços verdes, mas também a manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu uso. O que se tem assistido é a um abate indiscriminado de árvores adultas e saudáveis com elevado valor ecológico para dar lugar a zonas cinzentas e sem vida ou simplesmente para serem substituídas por outra espécie. Para além do facto de uma árvore jovem demorar anos a desempenhar a função de uma adulta na captação de carbono ou no garante de proporcionar sombra e regular a temperatura, o investimento financeiro poderia ser canalizado para outras necessidades na área ambiental.

Neste sentido, consideramos essencial a:

- **Criar o Regulamento do arvoredado urbano e património florestal municipal** - Estabelecendo as regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação e manutenção de espécies arbóreas e arbustivas em todo o concelho e **invertendo a tendência do abate, indiscriminado, de árvores** ou conjunto de espécies arbóreas, saudáveis e sem risco de queda.
- Promover, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e com o poder estadual, o cadastro florestal do concelho;
 - Criando incentivos à utilização de espécies autóctones e de espécies mais resistentes aos incêndios
 - Criação de Áreas Florestais Protegidas de cariz municipal e intermunicipal

Meios hídricos

Este eixo reflete as várias áreas em que o PAN se propõe a agir em prol da nossa casa comum, sendo que uma das prioridades para o PAN é a **recuperação e preservação dos meios hídricos**.

A poluição do Rio Cáster e do Rio Uíma, não é desconhecida, no entanto esta problemática nunca foi encarada de forma séria e comprometida. Precisamos de uma estratégia de curto e médio prazo assente num trabalho conjunto quer a nível local, com as várias entidades e associações, quer a nível intermunicipal, pois só assim poderemos alcançar os objetivos necessários para uma efetiva recuperação e regeneração dos nossos rios.

Assim, o PAN propõe-se a desenvolver diferentes estratégias que pugnem pela proteção do bem essencial que é a água, das quais destacamos:

- Elaboração da **Carta do Cáster e do Uíma** - Desenvolvendo **estratégia intermunicipal para a reabilitação e recuperação de ambos os rios**, através da realização de um **protocolo** entre os municípios que direta ou indiretamente têm competências na zona hidrográfica destes rios e seus afluentes.
- Criar um programa de **recuperação de todas as ribeiras e riachos** Feirenses, procedendo à identificação dos focos de poluição, criar uma estratégia de despoluição⁴ em todos cursos, recuperar as margens ribeirinhas e incentivar a participação cívica na proteção dos meios hídricos. Paralelamente, colocar barreiras físicas/filtros de lixo, salvaguardando a passagem de peixes ou outros animais aquáticos, **identificar e criar zonas protegidas nas respetivas margens**.
- **Criar a figura municipal de protectores dos meios hídricos**, reforçando a monitorização e fiscalização de descargas ilegais de efluentes

⁴https://sustentabilidadenoar.com.br/cientistas-descobrem-que-salgueiros-sao-capazes-de-tratar-aguas-residuais/?fbclid=IwAR1mYVtVvBUJIB-8ppJfskGEevkM_DRX2H5EAvrHqRZhuUafay6yF75WrNjw

- Realizar análises mensais em diferentes pontos dos cursos de água e em locais próximos às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)

Resíduos e economia circular⁵

No município de Santa Maria da Feira, de acordo com dados do PORDATA, assistiu-se a um aumento sucessivo da produção e encaminhamento de resíduos para aterro de 3,48%, entre 2016 e 2019, passando de uma produção de 41.748t para uma produção de 43.256t.

Estes valores estão diretamente associados a uma falta de sensibilização da população para a realização de técnicas alternativas de tratamento de resíduos e da implementação, por parte do município, de soluções mais eficazes para que as metas propostas pela União Europeia sejam cumpridas.

É essencial **incentivar a redução, reutilização dos produtos e equipamentos**, ao invés de continuarmos focados no seu destino final que será, inevitavelmente, um aterro sanitário ou uma incineradora e que vão continuar a ter impactos nefastos no meio ambiente.

Os apoios à economia circular devem privilegiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de modelos de negócio circulares como as simbioses industriais, em que se privilegia a reutilização de resíduos de umas indústrias para outras, bem como incentivar negócios que promovam o arranjo de equipamentos, não esquecendo, o combate ao desperdício alimentar.

Não temos dúvidas que nesta área se torna prioritário:

- Implementar de imediato, nas cidades e em todas as freguesias, contentores de resíduos orgânicos e nos locais possíveis estes devem ser colocados de forma subterrâneos.

⁵ <https://eco.nomia.pt/pt/economia-circular/principios>

- Implementar a recolha seletiva porta-a-porta de resíduos inorgânicos em todas as freguesias assim como de inertes de pequenas obras domésticas e de resíduos do tratamento de jardins.
- Criar um projeto piloto do PAYT (Pay-as-you-throw)⁶, numa freguesia, adequando o melhor sistema à realidade dos/as Feirenses. Temos exemplo de sucesso deste sistema na zona histórica do município de Guimarães⁷.
- Criar diversos pontos de deposição de resíduos de construção e demolição, assegurando o seu adequado tratamento e reforçar a fiscalização em locais identificados como suscetíveis de depósitos ilegais
- Assegurar o efetivo cumprimento da **Lei das Beatas**⁸ no concelho e incentivar o desenvolvimento de projetos que promovam a incorporação das mesmas em subprodutos.
- Criar um projeto-piloto “**O que vem da terra volta à terra**” - onde se destacam medidas como:
 - Criação de um **projeto piloto - serviço municipal de compostagem**, responsável pela implementação de centros de compostagem, em três locais rurais do município-

⁶ <https://www.payt-portugal.com/>

⁷ <https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/servicos-urbanos/gestao-de-residuos/sistema-payt>

⁸ <https://data.dre.pt/eli/lei/88/2019/09/03/p/dre>

- **Garantir a oferta de compositores aos municípios** que o desejarem e formação para o correto tratamento dos resíduos

Soberania Alimentar

Reduzir a pegada ecológica dos nossos alimentos, pugnar pela qualidade dos mesmos, incentivar a produção local de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos, na baixa intensidade de utilização da água e na redução de desperdício alimentar é um dos nossos objetivos para garantir a sustentabilidade.

Quando sabemos que *“ 1/3 da comida produzida no mundo vai para o lixo⁹, relativamente não existem indicadores fidedignos em Portugal”*, segundo em Portugal Isabel Jonet. Devemos repensar as nossas políticas locais por forma a mitigar os impactos destes resíduos e paralelamente desenvolver junto das associações e produtores locais parcerias para um maior aproveitamento dos alimentos.

Assim, queremos:

- **Promover uma rede alagada de hortas urbanas e comunitárias** - Incentivar a criação de pequenas unidades de produção, hortas, pomares, jardins no interior dos quarteirões da cidade e nas áreas permeáveis existentes, garantindo formação aos municípios e o respetivo apoio técnico.
- Apoiar culturas com baixa utilização de recursos hídricos.

⁹<https://observador.pt/programas/resposta-pronta/1-3-dos-alimentos-produzidos-acaba-no-lixo/>

- Elaborar campanhas de sensibilização e informação, junto da comunidade escolar, sobre os graves problemas ambientais, uso consciente de recursos e a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar.
- **Elaborar e implementar um plano de ação, em parceria com as associações locais, que identifique as origens do desperdício alimentar¹⁰ no município e soluções para a sua eliminação e/ou aproveitamento.**
- Criar uma **rede de partilha dos excedentes agrícolas** com vista a reduzir o desperdício alimentar, promover o sentido de comunidade e apoiar pessoas economicamente mais vulneráveis, em articulação com associações locais.

Soberania Energética

No setor energético, **o caminho tem de ser a aposta nas energias limpas**, na eficiência energética e na redução da pobreza energética.

Assente no **direito à Soberania Energética**, o município deve pautar-se por garantir recursos técnicos e financeiros assegurando à comunidade uma maior autonomia energética e ao mesmo tempo deverá pugnar por transformar todo e qualquer equipamento público mais eficiente. Salienta-se, ainda, que os efeitos na economia são muito positivos, potenciando a criação de empregos verdes e o desenvolvimento económico.

Propomo-nos:

- Elaborar e implementar uma **Estratégia Local para a Eficiência Energética;**
 - Integrando sistemas solares térmicos nos edifícios públicos municipais

¹⁰ <https://www.unidoscontraodesperdicio.pt/> e <https://re-food.org/>

- Criando um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração e apoio às comunidades energéticas e como melhorar as condições de isolamento térmico das habitações
- Incentivando a micro-produção e armazenamento de energias renováveis, com a **criação de um pacote municipal de apoio ao autoconsumo de energias renováveis**, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para particulares e cooperativas, com apoios de financiamento bonificado e de subsídios a fundo perdido, promovendo, assim, a autonomia energética.

Mobilidade Intermodal¹¹, inclusiva e ativa

Na área da mobilidade, a transição tem de passar por novas formas de reorganização de trabalho e pela aposta numa mobilidade sustentável,¹² suave, intermodal, ativa e inclusiva, através da melhoria da rede de transportes públicos, bem como pelo desenvolvimento de uma rede integrada de eixos cicláveis e de intermodalidade.

O futuro do planeta e o ambiente não estão desligados das questões da mobilidade.

¹¹ <https://www.pan.com.pt/files/uploads/2020/01/Mobilidades-inclusiva-intermodal-e-suave-no-Porto.pdf>

¹² http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Condutores/Ecoconducao/Documents/SERGIOPINHEIRO_IMTT.pdf

O PAN defende um modelo de mobilidade que permita devolver a cidade às pessoas, onde afasta o automóvel do centro da cidade, privilegiando a utilização do transporte público, dos meios de mobilidade suave e a partilha de veículos, libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio, para uma nova forma de mobilidade, assente na criação de percursos pedonais, ciclovias seguras, transportes de qualidade e estacionamento nas entradas das cidades e nas freguesias com maior população.

O nosso concelho não pode continuar assente em política de medidas avulsas, precisamos de medidas fortes e coesas em matéria de mobilidade e principalmente que cada projeto seja assente na base do respeito pela natureza.

Assim, o PAN propõe-se a:

- **Elaborar um Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade**

1) **Melhorar os percursos pedonais e outros meios suaves às escolas**, com delimitação de rotas e percursos sinalizados, qualificados e vigiados incentivando a utilização destes e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar. A exemplo em Ponte Vedra - Espanha, criaram-se percursos escolares seguros com sinalética.

- Promover junto dos empregadores o conceito de horários intercalados, pois em alguns setores, a flexibilidade de horários permitirá uma melhor qualidade de vida, maior produtividade e redução de trânsito em hora de ponta, articulado com um incentivo à partilha de viaturas entre particulares
- Promover a existências do Centro de Coordenação de Transportes, em diferentes freguesias do concelho.

- **Fortalecer as redes de transportes públicos**, aumentando a área coberta, o número de rotas, bem como a respetiva periodicidade, estruturando-as a nível supramunicipal, tendo em conta nas rotas as escolas e as zonas indústrias.
- **Criar passes com tarifários integrados**, conjugando diferentes tipos de transportes públicos como forma de pagamento dos parques de estacionamento das principais vias de acesso à cidade, junto a terminais multimodais e aos Centro de Coordenação de Transportes.
- Incluir nos critérios para a adjudicação do serviço de transporte escolar a garantia de menor emissão de gases com efeito de estufa e outras emissões poluentes das viaturas de transporte
- Garantir, em colaboração com o Estado Central e dos Municípios servido por esta linha férrea, para que a **Reestruturação da Linha do Vouguinha**, seja uma realidade hoje!
- Realizar um **estudo de avaliação das falhas nas ciclovias existentes**, tendo em vista a devida correção e adaptação
- Criar uma rede integrada de eixos cicláveis pensada numa perspetiva intermodal e inclusiva, por forma a **permitir viajar de bicicleta por todo o concelho**, garantindo a continuidade dos percursos
- **Criar um sistema de bicicletas partilhadas**, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadoras/es
- **Criação de apoios/incentivos municipais à aquisição de bicicletas**, trotinetas e semelhantes, incentivos esses cumuláveis com outros que possam existir.

- **Criar/Reestruturar as ruas a pensar prioritariamente em quem circula por via pedonal**, sem esquecer, as pessoas com mobilidade reduzida, eliminando barreiras arquitetónicas.

Eixo 2 - Efetivar os Direitos Humanos

Da saúde à educação, a habitação e serviços públicos, são pilares basilares, que devem ser parte de uma estratégia única que sirva de base à garantia de que os direitos humanos sejam protegidos e respeitados. As autarquias locais (município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma responsabilidade acrescida pela descentralização em curso.

Acreditamos que os direitos humanos incluem, igualmente, acessibilidade à participação, uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

Neste sentido consideramos essencial:

- Promover a criação de um **Observatório Municipal dos Direitos Humanos** que possa contribuir para o respeito e efetivação dos direitos humanos no município.

Habitação

O acesso à habitação é um direito universal. Não se trata apenas de um local para pernoitar. É uma estabilidade emocional, uma proteção, uma segurança que permite ao ser humano zelar pela sua qualidade de vida, pela sua saúde e pela sua família (pessoas e animais). No entanto, com o desenvolvimento do segmento de luxo, aumentaram as dificuldades no acesso e manutenção de uma habitação no centro ou arredores da nossa cidade, sendo as pessoas empurradas e excluídas para a periferia desta.

O nosso concelho não é alheio desta realidade e continua a faltar, um sério investimento na construção de habitação pública e acessível. Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado. Assim, defendemos que a resposta à atual crise passa por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e, quando necessário, de nova construção, devendo estas habitações ser passivas energeticamente¹³, incentivar à inversão da desertificação de territórios e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade.

Se pretendemos que o setor privado faça parte integrante da solução, devemos sentar-nos com os/as representantes das distintas partes - inquilinos/as, pequenos/as proprietários/as, grandes proprietários/as, fundos imobiliários, alojamento local, hotelaria - e perceber, em conjunto, como criar uma efetiva mudança de paradigma para o arrendamento, tornando-o acessível e compatível com os recursos financeiros existentes, ao mesmo tempo que aliciente e justificável.

Sendo a habitação uma ferramenta essencial para o processo de integração na sociedade e de construção de uma vida melhor, as respostas, em especial, para as populações vulneráveis não devem passar pela criação massiva de alojamentos temporários de emergência, mas sim pela criação de bolsas de fogos habitacionais de longa duração, com valores de arrendamento

¹³ <https://www.deco.proteste.pt/casa-energia/energias-renovaveis/noticias/casas-passivas-futuro-habitacao>

adequados a cada situação específica e evolutivos no tempo, através de programas comunitários com implementação territorial nos quais exista o devido acompanhamento e apoio, nomeadamente na procura e manutenção de emprego, no apoio à escolaridade e à aprendizagem ao longo da vida e nas relações com o Estado e com as distintas instituições.

Existindo já, delimitação e redefinição da **ARU (Áreas de Reabilitação Urbana)** do Concelho de Santa Maria da Feira , havendo por parte da Autarquia, consciência da importância da reabilitação urbana. As ARU, aprovadas permitem enquadrar o acesso da autarquia a fundos estruturais no ciclo de programação 2014-2020, bem como a outros instrumentos de política pública de habitação e reabilitação urbana, sem estarem condicionados pela aprovação das respetivas Operações de Reabilitação Urbana. Assim, não se entende o que fez estagnar o avanço da reabilitação sinalizada na ARU.

A autarquia deverá pugnar, quer pelo investimento direto quer pela criação de protocolos entre entidades e o setor privado para avançar com o programa do ARU.

Neste sentido propomo-nos a:

- **Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível**, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal.
- **Criar uma verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem e famílias monoparentais**
- Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham **programas de apoio e proteção de pessoas especialmente vulneráveis como: vítimas de violência doméstica, discriminação ou marginalização habitacional,**

nomeadamente migrantes e refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos e pessoas idosas,

- Promover e incentivar, através do município, projetos de habitação cooperativa, colaborativa e participada, os quais devem envolver os/as futuros/as residentes no planeamento, construção e/ou reabilitação, bem como na futura gestão e manutenção e que sejam pensadas por forma a possibilitar a permanência de animais de companhia.
- Evitar a criação de bairros específicos de habitação pública, articulando com as juntas de freguesia, a **oferta descentralizada de habitação.**

Saúde, bem-estar e realização pessoal

A perspetiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, **os executivos municipais devem integrar preocupações com a promoção e proteção da saúde**, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área.

No PAN entendemos a saúde como um recurso individual e coletivo que exige literacia, responsabilidade, empoderamento para a ação preventiva e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais. Entendemo-la também numa dimensão longitudinal, ao longo da vida, onde os primeiros anos de desenvolvimento são essenciais para uma melhor condição de

vida futura, minimizando o sofrimento e reduzindo custos de vida pessoais, familiares, sociais e económicos.

O sistema de saúde deve ser reorientado para **dar prioridade à prevenção da doença**, e os diversos serviços municipais que trabalham ou influenciam os determinantes sociais da saúde, devem centrar-se nas pessoas, ser universais na abrangência, ter qualidade reconhecida pela população e ser acessíveis, incluindo para os mais desfavorecidos. A Saúde Pública, como área do conhecimento, monitorização e intervenção junto das populações, deve ser revitalizada e progressivamente capacitada para que possam ser atingidos melhores resultados de saúde.

Este é, por isso, um eixo onde demonstramos **a nossa visão sobre a saúde**, numa lógica de **promoção da saúde e prevenção da doença**. Pugnamos por uma articulação e cooperação entre o Estado central, associações locais, entidades de saúde pública e um compromisso do município em fazer de Santa Maria da Feira um concelho saudável.

Assim, consideramos que se torna essencial:

- Criar um **gabinete municipal de promoção da saúde**, responsável por criar e potenciar ações de promoção da saúde, que devem ser orientadas para a prevenção e aumento de esperança de vida com qualidade, quer sejam da responsabilidade autárquica, quer sejam em parceria e apoiando outras entidades.
- Garantir, em colaboração com o Estado Central, que as unidades de Saúde Pública têm à sua disposição todas as condições e recursos necessários para a prevenção, deteção e controle da doença, nomeadamente **garantindo a presença de nutricionista em todas as Unidades de Saúde Familiar pelo menos uma vez por semana**.

- Reunir periodicamente com as/os profissionais de cada unidade de cuidados de saúde primários aferindo sobre as necessidades da comunidade que cuidam, perspetivando-as/os como parceiras/os essenciais nas políticas de saúde.
- **Criar programas de proximidade**, em articulação com as organizações locais, para acompanhamento e cuidados de saúde a toda a população, com especial cuidado **com as/os munícipes idosas/os, mais isoladas/os e com maior fragilidade social**.
- Estabelecer protocolos com o tecido académico para a realização de projetos na área da saúde, visando a inovação, a investigação e novas visões para as políticas de saúde, em função das problemáticas identificadas na comunidade

Saúde física e mental

A saúde física e a saúde mental estão intimamente interligadas, havendo repercussões diretas e em larga escala bidirecionais entre ambas. Para além do correto acompanhamento pelas/os profissionais especializadas/os, é tão ou mais importante controlar os fatores que podem tornar instável o equilíbrio entre as dimensões física e mental. Neste contexto consideramos relevante:

- Implementar, em colaboração com as entidades de saúde locais, **um roteiro de informação e sensibilização para a prevenção em saúde em todos os setores da comunidade**, onde se inclua a prática de exercício físico nas organizações e sua relação com o bem-estar e a produtividade

- Facilitar o desenvolvimento de práticas formais e informais de atividade física nos serviços municipais.

E, paralelamente, garantir o acesso a equipamentos desportivos por toda a comunidade e que os mesmos sejam inclusivos, assim propomo-nos:

- **Criar espaços de utilização pública livre**, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo município, **garantindo que os mesmos são adaptados a pessoas portadoras de deficiência**

Estabelecer protocolos entre os equipamentos escolares e os equipamentos desportivos, permitindo uma vivência e oportunidade alargada de experimentação das várias modalidades desportivas por todas/os as/os jovens.

Saúde Mental

O stress é a resposta do nosso corpo a pressões provocadas por uma situação ou evento de vida. Tem um propósito para situações específicas, mas é extremamente prejudicial quando atinge rotineiramente níveis elevados. Estas situações levam a alterações emocionais, instabilidade e depressão. Sendo esta uma área da saúde tão importante para a manutenção do bem-estar e qualidade de vida, importa reforçar as políticas locais e pugnar junto do Estado central por mais recursos humanos e meios técnicos. Não podemos negar que aliado a esta falta de prioridade em matéria de saúde pública, o contexto sanitário veio agravar ainda mais as necessidades nesta área, sendo fundamental trabalhar desde já para que a médio prazo as consequências sejam minimizadas.

Dos vários contextos onde o município pode atuar, destacamos:

- Pugar junto do Estado pela **integração de psicólogos/os nas unidades de saúde de cuidados primários e aumentar o número destes profissionais afetos ao Municípios, através da Proteção Civil.**
- Em articulação com as entidades da saúde, Estado central, juntas de freguesia, associações e entidades do terceiro setor, **criar equipas de profissionais de intervenção em crise psicossocial** focadas na avaliação de risco de perturbação psico-emocional, que prestem apoio a profissionais com maior exposição a incidentes críticos e risco de desgaste físico e psicológico, prevenindo potenciais situações de perturbação e burnout¹⁴, e, paralelamente, garantir respostas de saúde mental para públicos com necessidades específicas como as socialmente mais desfavorecidas.
- Envolver os recursos humanos e as direções das organizações na formação e desenvolvimento de programas de prevenção do stress organizacional
- **Promover atividades preventivas e de bem-estar geral**, como yoga, meditação, mindfulness e outras com comprovados benefícios na saúde e bem-estar das pessoas, em contextos laborais, escolares e da comunidade.

Alimentação

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção eficaz da doença e na promoção da saúde. As políticas de saúde pública têm de assentar cada vez mais na prevenção, garantindo melhores resultados em saúde, menores custos individuais e familiares e maior sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Os alimentos têm um impacto

¹⁴<https://www.sns.gov.pt/noticias/2019/05/28/stress-profissional/>

direto na nossa saúde, pelo que devemos pugnar por uma mudança efetiva nos nossos comportamentos alimentares, mas também educar, capacitar e formar as/os cidadãs/ãos de modo a que estas/es disponham de ferramentas que permitam a adoção de uma dieta equilibrada e nutricionalmente completa.

Queremos garantir de forma universal a possibilidade de seguir hábitos de alimentação saudáveis, neste sentido consideramos fundamental:

- **Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos**, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excecional, promovendo-a e permitindo o contacto por parte de todas/os com esta dieta
- Promover a eliminação progressiva de alimentos ricos em açúcares adicionados, gordura trans-saturada e saturada nos refeitórios, bares e máquinas de venda automática em equipamentos municipais
- Implementar uma estratégia coerente e concertada de comunicação municipal, que direcione toda a mensagem e políticas locais para a adoção de uma alimentação saudável
- **Potenciar e incentivar a compra de produtos locais e orgânicos**, contribuindo para o desenvolvimento local e paralelamente para a redução de utilização de transportes de longa distância
- Criar e ou revitalizar o/os **Mercados Municipais**, como forma de incentivar a compra de produtos locais e orgânicos e **promover o convívio geracional e intergeracional**

Ruído

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), *“O ruído é uma das principais causas da degradação da qualidade do ambiente urbano”, sendo ainda referido que “Os níveis sonoros relacionados com o Ruído Ambiente raramente afetam o sistema auditivo. Os efeitos mais frequentes traduzem-se em perturbações psicológicas ou fisiológicas associadas a reações de ‘stress’ e cansaço. O ruído interfere com as comunicações e provoca perturbações no sono, na capacidade de concentração e hipertensão arterial. O ruído é um problema de saúde pública. O controlo do ruído requer o empenho de todos..”*¹⁵

Para o PAN torna-se essencial:

- Reforçar a fiscalização dos níveis de ruído, das atividades associadas a ruídos excessivos e respeito pelos horários de descanso

Paralelamente, o ruído do fogo-de-artifício provoca poluição sonora, mas principalmente leva, por diversas vezes, ao sofrimento dos mais vulneráveis como as pessoas autistas ou aquelas que se encontram em condição frágil de saúde. Ao que acresce um forte impacto no bem-estar dos animais.

Assim, o PAN defende que o município deve:

- Nos eventos promovidos pelo Município seja substituído o lançamento de foguetes e fogo de artifício tradicional por fogo de artifício de baixa intensidade sonora, bem como adotar modelos mais ecológicos e com menos substâncias perigosas

¹⁵<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=86&sub2ref=529>
<https://apambiente.pt/ar-e-ruído>

- Promover campanhas de sensibilização sobre os impactos negativos da utilização da pirotecnia nas festas e romarias do nosso concelho e sobre as *alternativas existentes* ¹⁶

Qualidade do Ar

A poluição do ar é uma das principais e piores formas de poluição, com impacto direto na nossa saúde e na de todos os seres vivos.

Uma vez mais a prevenção da doença é o nosso objetivo, neste sentido, iremos:

- Desenvolver, em parceria com a DGS e unidades de cuidados primários, um estudo para aferir zonas dos municípios com maior prevalência de doenças do trato respiratório, investigar causas, analisar dados de monitorização da qualidade do ar e elaborar planos de ação adequados para resolver ameaças para a saúde pública
- Fiscalizar, exemplarmente, todas as indústrias potencialmente promotoras de poluição e sensibilizar e apoiar na definição de soluções, garantindo a resolução das emissões poluentes
- Eliminar todo e qualquer apoio a indústrias que comprovadamente infrinjam a legislação referente a emissões atmosféricas e poluição do ar¹⁷, para além da aplicação das restantes e adequadas consequências.

¹⁶ <https://greensavers.sapo.pt/estes-foguetes-led-sao-uma-alternativa-ecologica-ao-fogo-de-artificio/>

¹⁷ <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/39/2018/06/11/p/dre/pt/html>

Planeamento Familiar e Maternidade

A maternidade/paternidade é uma fase repleta de felicidade e realização, mas também de medos e inseguranças. Esta fase coloca novos e grandes desafios, exigindo preparação e maturidade. Assim, assegurar condições de natalidade, com suporte, e garantindo as devidas condições às desejadas novas gerações e núcleo familiar, consiste num grande desafio. É importante não só criar os apoios, como garantir que as/os beneficiárias/os tomam conhecimento dos mesmos para que deles possam usufruir. Importa-nos garantir apoio a Jovens Grávidas num ambiente de segurança e tranquilidade, assim consideramos importante a:

- Criação de grupos de partilha para a gravidez, orientados por Enfermeiras/os Especialistas em Saúde Materna e Obstetrícia (EESMO), em articulação com associações.
- Promoção de sessões de esclarecimento sobre todos os aspetos jurídicos, apoios, direitos e deveres no período da gravidez, prestadas pelo departamento jurídico municipal.

Investir na saúde ao longo dos ciclos de vida

O investimento na saúde e nos seus determinantes ao longo de todo o percurso de vida das pessoas aumenta a esperança de vida saudável e melhora o seu bem-estar, aspetos que podem trazer grandes benefícios económicos, sociais e individuais. A mudança demográfica da população, e que tem vindo a alterar a dinâmica dos meios urbanos nas últimas décadas, exige uma abordagem estratégica holística ao percurso de vida das pessoas, dando prioridade a novas

abordagens. Intervenções que visem influenciar as iniquidades em saúde e os seus determinantes sociais devem ser desenvolvidas em etapas chave do percurso de vida, nomeadamente nos primeiros anos de vida, na infância e adolescência, idade adulta e terceira idade.

Qualidade de Jardins de Infância e educação pré-escolar

Queremos garantir desde cedo que as novas gerações tenham acesso a condições e formação de qualidade.

Nesse sentido, propomo-nos a:

- Alargar a oferta de jardins de infância públicos
- Garantir a oferta, em condições de qualidade, de dieta vegetariana, assim como a adequada informação sobre a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, nos jardins de infância
- Garantir uma rede de equipamentos com oferta de sesta para crianças com necessidade deste recurso
- Integrar espaços naturais verdes em cada equipamento educativo, desenvolvendo ações de sensibilização de profissionais e encarregadas/os de educação para a importância do contacto com a natureza enquanto estratégia de promoção de saúde

Adolescência

A adolescência é uma fase da vida sujeita a mudanças em diversos níveis: físicos, psicológicos e sociais. Se for tido em conta que tudo isto se verifica numa das fases mais complicadas de maturação pessoal, facilmente se percebe a necessidade de acompanhar e apoiar as/os adolescentes. Deve o município pugnar por capacitar os nossos jovens de ferramentas e conhecimento relativo à saúde que permitem à/ao adolescente gerir os seus comportamentos de forma consciente e informada. Paralelamente, promover e incentivar comportamentos e estilos de vida saudáveis assente na base essencial da prevenção da doença.

Dos vários contextos a trabalhar, propomo-nos a:

- **Criar e divulgar a consulta da/o adolescente nas unidades de saúde.** Esta consulta visa oferecer às/aos adolescentes uma consulta da qual só as/os próprias/os e a/o profissional tomam conhecimento do conteúdo, permitindo à/ao jovem esclarecer dúvidas e aceder ao tipo de acompanhamento adequado, com privacidade
- Criar uma página online, concebida por jovens e para jovens, com acompanhamento técnico, que permita o rápido e fácil acesso das/os adolescentes a informação útil e fidedigna, assim como a outros portais onde possam encontrar essa informação, bem como reconhecer notícias falsas ou informações sem fundamentação
- **Implementar sessões de debate e informação com jovens,** desenvolvida por e para jovens em articulação com as unidades de saúde, em cada escola e contexto comunitário e integrando os mesmos na elaboração e implementação de programas locais de educação para a saúde

- Promover sessões de capacitação e esclarecimento nas escolas, ministradas pelas/os profissionais das unidades de saúde locais, sobre educação sexual, literacia corporal e educação do ciclo menstrual. Deve ser fornecida uma forma de contacto com as/os profissionais de saúde, caso algum/a adolescente pretenda esclarecer alguma questão em contexto privado
- Afixar nas escolas, em locais visíveis e com grande afluência, informação clara sobre o uso abusivo da contraceção de emergência (pílula do dia seguinte) e distribuir gratuitamente copos menstruais e pensos reutilizáveis em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Envelhecimento

Vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida, em 2020 segundo o PORDATA, o total de habitantes em Santa Maria da Feira, 138.535 habitantes, sabendo que por cada 100 residentes, há 13 jovens com menos de 15 anos, 68 adultos e 19 idosos, observando que é a partir de 2013, que a tendência gradual do envelhecimento da população feirenses, começou a aumentar até aos valores atuais.

As pessoas idosas ainda são alvo de atitudes discriminatórias, de desrespeito e, muitas vezes, de negligência e violência. Mas **os direitos humanos não têm prazo de validade** e no PAN entendemos que é essencial mudar este paradigma para que as pessoas possam efetivar os seus direitos e viver uma vida saudável, completa e feliz, independentemente da sua idade.

Assim, entendemos que **o município pode e deve ter um papel importante na qualidade de vida das pessoas idosas**, em articulação com entidades públicas e privadas, promovendo políticas que lhes permitam viver de forma autónoma o máximo de tempo possível, e ainda o patrocínio e suporte a organizações não governamentais que trabalhem com esta faixa etária, a centros de dia, centros de convívio, de férias e lazer e, através da criação de apoios para cuidadores/as formais e informais, acautelando que as estruturas residenciais garantem o cuidado adequado. no município de Santa Maria da Feira, por cada 100 residentes,

O PAN considera fundamental:

- Implementar a **figura do “assistente municipal para a pessoa idosa”** com o objetivo de apoiar, acompanhar ou realizar tarefas diversas, como ir às compras, passear animais, ir à farmácia, fazer companhia ou ajudar em pequenas reparações. Este programa deve ser composto por pessoas em regime remunerado, ao abrigo de estágios para gerontologistas ou voluntários com a adequada formação, onde paralelamente se identificam situações de pessoas idosas isoladas e asseguram-se respostas comunitárias de proximidade
- Elaborar uma **estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável**
- Desenhar programas para **promover o convívio intergeracional** e/ou formação em voluntariado para aproximação dos/das jovens às pessoas mais velhas, numa ótica de cooperação e solidariedade entre diferentes gerações

- Desenvolver um **programa municipal de ações de formação**, em articulação com diversas entidades, como o ACES, **de apoio a cuidadores/as formais e informais de pessoas idosas**, procurando minimizar as dificuldades sentidas, as quais por vezes colocam em causa a saúde e qualidade de vida dos/das próprios/as cuidadores/as e também das pessoas idosas, sendo que a falta de conhecimento e o stress podem mesmo despoletar situações de violência
- Desenvolver um programa municipal para concessão de um complemento de renda a atribuir a todos os agregados que precisem de mudar de fogo habitacional de forma a poderem acolher pessoas idosas do seu agregado que estejam impossibilitadas de viver sozinhas
- Desenvolver projetos/parcerias de residências autónomas partilhadas¹⁸

Cuidadores/as Informais

Um/a cuidador/a informal é um cidadão ou cidadã que presta assistência, de forma permanente ou não, a um membro da família que se encontre numa situação de dependência de cuidados básicos por motivos de incapacidade ou de deficiência. Os cuidadores informais garantem qualidade de vida a quem é cuidado e evitam muitas vezes a sua institucionalização e os prejuízos inerentes para o/a cuidador/a, para quem é cuidado e para a sociedade.

Assim queremos:

¹⁸<https://www.domussocial.pt/noticias-domus/residencias-partilhadas-ajudam-a-combater-isolamento-dos-idosos>
<https://www.tsf.pt/sociedade/um-resort-senior-para-quem-recusa-ir-para-um-lar-9921183.html>

- **Garantir a existência de canal municipal de comunicação e atendimento** claro e direto para os/as cuidadores/as informais onde possam ser esclarecidos sobre os seus direitos e apoiados/as a exercê-los
- **Criar o programa “Time Off”** - programa municipal de apoio às/aos cuidadoras/es, com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de descanso das exigentes funções que estes exercem
- Articular com as unidades de saúde a garantia de acompanhamento adequado dos/as cuidadores/as e de quem é cuidado

Santa Maria da Feira - Um Concelho para Tod@s

Inclusão

A 3 de dezembro celebra-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Por mais relevante e significativa que seja a celebração destes dias, urge uma mudança de paradigma que vai desde o enfoque das políticas de apoio e a sua aplicabilidade, de forma a responder objetivamente às necessidades das cidadãs e dos cidadãos, à abertura da sociedade à diferença como parte da identidade de cada uma e cada um, o que não pode nunca ser sinónimo de exclusão ou indiferença. As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos.

O município deve encetar esforços para que se assista a uma verdadeira inclusão e garantam iguais oportunidades de acesso à informação, educação, trabalho, lazer, cultura proporcionando às pessoas o direito para escolherem o seu próprio caminho, para construírem o seu próprio projeto.

O PAN apresenta um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade.

Assim, consideramos essencial:

- **Garantir a existência de um gabinete municipal inteiramente dedicado à inclusão de pessoas com deficiência** física, sensorial e/ou cognitiva na comunidade garantindo desde logo:
 - A realização de sessões periódicas de apresentação e esclarecimento sobre todos os apoios e benefícios existentes para pessoas com deficiência
 - A criação de uma plataforma municipal e linha telefónica especializados para esclarecimento, apoio e resposta às necessidades das instituições, famílias e cidadãos/ãos com deficiência, promovendo a articulação entre as entidades envolvidas e a comunidade e garantindo a identificação real das necessidades locais
 - Desenvolver planos municipais para a integração de pessoas com deficiência
 - **Publicar um relatório anual que demonstre a evolução da contratação de pessoas com deficiência nos serviços municipais**, nos serviços que se encontrem sob a sua gestão, nas escolas e nas empresas onde o município participe, contendo dados quanto ao número de pessoas com deficiência que se candidatam e as que são admitidas

- **Garantir respostas de tradução e interpretação em LGP¹⁹** em todos os serviços e respostas públicas, com ênfase nos serviços de saúde e educação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final de 2022
- **Garantir que, mesmo em contextos excecionais, as crianças com deficiência ou doença crónica e os/as seus/suas cuidadores/as,** são devidamente apoiados na continuidade das terapias, consultas e/ou tratamentos ou outros apoios necessários
- Criar infraestruturas de desporto adaptado e realização das obras necessárias para que em todos os equipamentos existentes municipais sejam possíveis o acesso e a frequência por pessoas com deficiência(s) e/ou diversidade funcional e **adaptar todos os parques infantis e juvenis para que se tornem inclusivos** e permitam a sua utilização por crianças e jovens com deficiência
- Criar um banco municipal de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou com incapacidade, permanente ou temporária, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados, em complemento ao programa da Segurança Social de Produtos de Apoio para Pessoas com Necessidades Especiais
- Criar um programa de **apoio financeiro e técnico** para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência

¹⁹ <https://atilgp.pt/servicos.html>

- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais
- Garantir a eliminação de barreiras arquitetónicas que persistem no concelho e que dificultam a mobilidade ou acesso ao comércio local e instituições públicas.

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

A COVID-19 teve graves efeitos a nível sanitário, bem como ao nível socioeconómico, afetando sobretudo as pessoas que já eram socialmente vulneráveis, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo. Os motivos para este impacto são vários: desde o facto de estarem mais expostas ao vírus pela natureza da sua situação habitacional, porque as medidas de confinamento obrigatório e o encerramento de diversas atividades e estabelecimentos fizeram desaparecer as poucas, e já de si frágeis, fontes de algum rendimento e as suas redes de apoio social e familiar ficaram também elas sob grande tensão.

Estes números agravaram-se porque as respostas existentes eram escassas, ineficazes, de elevado custo e desadequadas para combater este fenómeno e sobretudo não se trabalhou na área da prevenção.

A questão da habitação - central quando falamos de pessoas em situação de sem-abrigo - é passível de ser resolvida se existir vontade política e se forem alocadas as verbas necessárias. Para tal precisamos de criar uma rede municipal de respostas habitacionais e ocupacionais/laborais garantindo o envolvimento das pessoas em qualquer decisão que a elas diga respeito, permitindo flexibilidade para adaptação face às necessidades que vão surgindo. Neste sentido, consideramos essencial:

- **Elaborar um Plano Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo**, em conformidade com a Estratégia Nacional de Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 - 2023 (ENIPSSA), incluindo uma previsão dos recursos financeiros a alocar, a metodologia de monitorização da implementação, os indicadores de monitorização e a avaliação dos resultados, atualizada de seis em seis meses
- **A Criação de Bolsa municipal de apartamentos de autonomização**
- **Criar programas de educação, formação e emprego que incluam a integração profissional das pessoas em situação de sem-abrigo**, em parceria com o setor privado e público, visando uma aprendizagem vocacionada para a prática, bem como desenhando o percurso ensino-empregabilidade tendo em consideração a natureza complexa dos processos que conduzem as pessoas a situações de sem-abrigo e as dificuldades de adesão aos programas já existentes
- **Assegurar transportes gratuitos e uma melhor acessibilidade aos serviços de saúde**

Combate à Pobreza

O PAN entende que Portugal precisa de uma resposta mais rápida, abrangente e ambiciosa se queremos garantir que a recessão causada pela COVID-19 não agrava ainda mais o aumento acentuado de pessoas no limiar da pobreza, na pobreza ou em situação de sem-abrigo. Para tal, é necessário convocar toda a comunidade para preparar o plano de reconstrução/recuperação, com decisões tomadas e assumidas em conjunto, garantindo que se abandonam as políticas

temporárias e meramente de emergência e se estabeleça claramente um novo rumo de atuação. Em vez de continuarmos a gerir as situações limite, temos de prevenir e erradicar. A pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa das Câmaras e Juntas de Freguesia. Defendemos:

- **Desenvolver uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza**, envolvendo todas as vereações desde o início do processo, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação e monitorização
- Apresentar e publicar relatórios anuais de monitorização das políticas adotadas, utilizando critérios/indicadores comuns de forma a facilitar a medição do impacto das mesmas sobre a diminuição da pobreza e da exclusão social
- **Criar, por parte da autarquia, uma linha de atendimento de aconselhamento jurídico** a ser utilizada por cidadãos/ãs ou associações locais por forma a garantir apoio em matéria de salvaguarda de direitos essenciais
- Criar programas de financiamento e apoio técnico a empresas e entidades que criem estágios em contexto laboral e postos de trabalho visando a empregabilidade adaptada a pessoas em situação de grande vulnerabilidade.

Desigualdade de Género e Violência Doméstica

Em pleno séc. XXI as mulheres continuam a ser discriminadas com base no género e esta desigualdade, que está enraizada no nosso quotidiano, espelha-se nas mais diversas dimensões da nossa sociedade, desde o mundo laboral à esfera familiar e social.

A COVID-19 veio mostrar e agudizar esta realidade, uma vez que são as mulheres quem tem os empregos mais precários e auferem rendimentos mais reduzidos. As famílias monoparentais são também maioritariamente matriarcais, sendo ainda as mulheres quem, por norma, desempenham o papel de cuidadoras.

Aqui importa igualmente não esquecer as vítimas e sobreviventes de violência doméstica, que tiveram de conviver com o agressor debaixo do mesmo teto 24 sobre 24 horas durante os períodos de confinamento.

A violência doméstica consubstancia um dos fenómenos criminológicos com maior grau de incidência na sociedade portuguesa, correspondendo a uma realidade transversal a todos os grupos sociais e faixas etárias. Este flagelo impacta aquela vida para sempre, e a dos/das seus/suas filhos/as e de toda a família, razão pela qual o PAN defende ser essencial o combate à discriminação de género e o alcance da igualdade entre mulheres e homens.

Segundo um relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em 2020, no **nosso concelho 52 pessoas, foram vítimas de alguma forma de violência doméstica** e foram apoiadas, mas **quantas ficaram em silêncio ou ficaram sem apoio?**

Apresentamos um conjunto de medidas que incluem a sensibilização da sociedade, o **empoderamento de meninas e mulheres e a prevenção e combate à violência existente na**

nossa sociedade, nomeadamente para prevenir e combater a violência de género e as práticas tradicionais nefastas, como a mutilação genital feminina e os casamentos/uniões infantis, precoces e forçados, não esquecendo que são igualmente formas de violência de género o assédio sexual, a violência física, psicológica e sexual.

- Elaborar um **Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género**, de acordo com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND)
 - Assumindo, por parte do município, a proteção, defesa e apoio das vítimas e sobreviventes de violência em articulação com o poder central, **financiando e apoiando as associações e entidades que operem no município nesta matéria**
 - Promover, em parceria com as entidades presentes no território, ou nacionais, a **realização de ações de formação sobre violência** na intimidade, violência doméstica e violência de género, para os/as diversos/as profissionais que irão lidar com esta matéria, com especial enfoque para a Polícia Municipal, GNR e PSP, incluindo a questão dos maus-tratos a animais de companhia em contexto de violência doméstica
 - Dinamizar, por parte do município, **ações de sensibilização** junto da comunidade escolar, de empresas e de instituições **relativas à temática da igualdade**, da igualdade de género, de violência doméstica, sobreposição de discriminações e respeito pela diversidade existente na sociedade
- **Disponibilizar respostas habitacionais para vítimas/sobreviventes de violência doméstica e de género**, não só de emergência e temporárias, mas também de médio e longo prazo, apoiando os processos de autonomização, e **criando protocolos**

intermunicipais para a disponibilização de habitações, apoiando a autonomização da vítima/sobrevivente de violência doméstica e de género noutra localidade, quando tal faça parte do processo decidido pela mesma, garantindo, igualmente, respostas para o acolhimento dos seus animais de estimação

- Promover, em coordenação com a Ordem dos Advogados, uma bolsa de advogados para auxílio e representação imediata das vítimas/sobreviventes, garantindo que têm sempre acesso a consulta jurídica nas casas-abrigo
- Investir em centros de apoio à vítima e na criação de salas de atendimento especializado de apoio às vítimas de violência doméstica e de género e abuso sexual.

Comportamentos Aditivos

- Criar parcerias entre o município e associações para a implementação de salas de consumo assistido, em parceria com as equipas de rua e outras estruturas de redução de riscos e ainda com serviços de saúde ou sociais que respondam às necessidades dos utilizadores, nomeadamente serviços que tenham programas de tratamento
- Criar respostas de redução de riscos para as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e que têm consumos de álcool, como Programas de Gestão do Álcool

Segurança ocupacional

É referido pelo Programa Nacional de Saúde Ocupacional da DGS²⁰ que, entre outras, são obrigações das empresas assegurar: a garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável a todas/os as/os trabalhadoras/es, designadamente pelo cumprimento do quadro legal neste âmbito; a aplicação das necessárias medidas de prevenção e proteção que evitem/minimizem os danos para a saúde das/os trabalhadoras/es, tendo por base a gestão dos riscos profissionais; e a disponibilização a todas/os as/os trabalhadoras/es da informação e formação necessárias ao incremento da cultura de segurança do trabalho e da promoção da sua saúde.

Por forma a complementar, o PAN propõe que o município:

- Analise os dados de acidentes de trabalho na área do município e verificar se existem locais e funções que sejam mais representativos, que possam justificar identificação e correção de fatores de risco
- Em articulação com as empresas, estabeleça uma estratégia local para garantir condições de realização de ações de bem-estar físico e emocional, como yoga, meditação, exercício físico, mindfulness, entre outras, em função das necessidades e interesses das pessoas

Coesão social, intercultural e combate ao racismo

Para o PAN os municípios desempenham um papel importante na integração de todas as pessoas, nomeadamente das pessoas que escolhem o nosso concelho

²⁰<https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/saude-ocupacional-as-vantagens-para-as-empresas.aspx>
<https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/organizacao-de-servicos-de-saude-do-trabalho/requisitos-de-organizacao-e-funcionamento/politica-de-sstso.aspx>

para viver e trabalhar. Não poderemos ignorar a necessidade de articulação entre as várias entidades envolvidas no processo, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Segurança Social, entidades empregadoras, por forma a que os direitos destas pessoas sejam garantidos desde a sua chegada ao nosso concelho.

Assim, deve a autarquia:

- Elaborar um Plano Municipal para a Integração de Migrantes, assumindo um papel dinamizador na integração a nível local e na gestão dos fluxos migratórios
- Acompanhar as realidades locais de migração, promovendo a integração destas pessoas, elucidando sobre diversos aspetos relacionados com a cidadania e apresentando de forma clara todas as ferramentas que têm à sua disposição para aceder a oportunidades e estabilidade

No PAN rejeitamos a discriminação e todas as formas de violência. Comprometemo-nos a combater o racismo, a discriminação racial e a xenofobia. Defendemos o respeito, a interculturalidade, a tolerância e a empatia. Neste âmbito, consideramos que a autarquia deve ser um agente ativo, nomeadamente na:

- Promoção de ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação de minorias étnico-raciais, assim como promover campanhas de sensibilização nas escolas de desconstrução dos conceitos de raças e de estrangeiros/as, que promovam o respeito por todas as pessoas enquanto seres humanos
- Estabelecendo um plano de formação obrigatória contra a discriminação racial e xenofobia para todos/as os/as funcionários/as do município e empresas municipais,

considerando ações específicas para decisores/as políticos/as e detentores/as de cargos públicos de chefia (da saúde, administração local, educação).

Pessoas LGBTI

Quando falamos dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) **falamos de direitos humanos basilares e inquestionáveis para todas as pessoas.** No entanto, as pessoas LGBTI experienciam diversas dificuldades no seu quotidiano fruto de discriminação, nomeadamente em contexto escolar, no desporto, nos locais de emprego, no acesso aos serviços de saúde, entre outros. Para o PAN urge desmistificar os tabus referentes às questões de género e das sexualidades denominadas não normativas e esclarecer sobre a inconsistência dos preconceitos, os quais não podem continuar a ser tolerados e aceites. Os municípios têm de ser locais de diversidade, tal como se têm vindo a construir ao longo da História.

Desde logo o PAN propõe:

- **A Adesão do município à Rede de Cidades Arco-Íris**, assumindo a sua responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTI
- Realizar campanhas de esclarecimento das famílias sobre as questões LGBTI na busca de prevenir e erradicar o preconceito e a violência contra crianças LGBTI
- Realizar campanhas de sensibilização sobre a temática LGBTI que refiram expressamente os diversos tipos de discriminação, a sobreposição das discriminações e esclareça sobre as questões referentes à sexualidade humana e suas esferas

Educação

Para o PAN, nas escolas deve aprender-se a voar, criando-se todas as condições para essa aprendizagem. É nesse desafio maior que fundamentamos as nossas propostas. Consideramos que é essencial incluir os termos inclusiva e equitativa, pois não se pretende o "igual para todas/os" mas antes que a escola seja onde todos/as podem ter o seu lugar.

O PAN defende também os modelos de educação através da relação e contacto com a natureza e com os animais. Este é um espaço com recursos pedagógicos infinitos. Com a intencionalidade pedagógica de profissionais capacitados para este modelo, as crianças e os jovens passam a poder aprender através da exploração e da descoberta na natureza, tornando-se mais resilientes, criativos, autónomos, atentos a si, aos outros e ao mundo. Existem vários estudos que apontam para os ganhos em saúde e para a aprendizagem resultantes de atividades escolares realizadas em espaços verdes, nomeadamente, maior capacidade de concentração, consciência e responsabilidade individual e coletiva, empatia pelo que rodeia, sentido crítico, auto-confiança e auto-estima, todos fatores essenciais para o desenvolvimento pessoal, para a motivação e para o sucesso nas aprendizagens. Mas atualmente as crianças e os jovens têm o dia repleto de atividades, passam mais tempo fechados, com muitas horas de tempo letivo e trabalhos de casa, e menos oportunidades para usufruir de atividades ao ar livre. Para crescerem de forma saudável, as crianças e os jovens necessitam de brincar e explorar a Natureza, com a Natureza, compreender e conectar-se com a Natureza e com os animais.

Compromissos municipais nas políticas educativas

- Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, serviço social, animadores,

tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa

- Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local e disponibilizando espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística, desportiva, acessível a todos/as. A título de exemplo e como forma de revitalizar e valorizar uma área extensa e com diferentes ecossistemas e muito acarinhada pelos Feirenses, propomos que possa acontecer a integração deste tipo de projetos no Europarque.
- Reforçar a internalização das refeições escolares nos equipamentos educativos.

Planeamento Educativo do Território

No âmbito das competências municipais, o Planeamento Educativo do Território assume um papel essencial. Partindo da Carta Educativa, um documento de planeamento estratégico revisto de 10 em 10 anos, o município planeia o ordenamento da rede de equipamentos educativos, pautando-se por critérios de eficácia e eficiência, racionalização e complementaridade, quer a nível dos recursos, quer a nível das ofertas educativas. Este instrumento obrigatório exige um conhecimento profundo da realidade educativa concelhia, seus atores e contextos, bem como a sua relação com a realidade de outros territórios adjacentes, e realidades regionais e nacionais.

O PAN entende que no planeamento educativo do território é essencial:

- Criar uma rede integrada de recursos e respostas educativos do setor público, social e solidário, que garanta a possibilidade de rentabilização de espaços educativos (por exemplo: bibliotecas; espaços desportivos) e promova a partilha de boas práticas educativas com a comunidade
- Fomentar uma rede de jardins de infância inclusivos, que seja respeitadora das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere com o período de sesta, o contacto com a natureza e com os animais, o direito a brincar, a educação para os afetos, entre outros
- Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, da economia circular, das energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade do planeta e da vida de todos os seres
- Implementar um Programa Municipal de ofertas formativas em Artes, recorrendo a parcerias com escolas e outros municípios ou através da criação de Escolas Intermunicipais de Artes, garantindo o acesso a ofertas formativas em artes, dando resposta às aspirações e vocações de todos os alunos que pretendam seguir esta via, independentemente das suas características sócio-económicas e/ou geográficas
- Incentivar o desenvolvimento de projetos orientados para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) integrados na Agenda 2030

Mobilidade na educação

A acessibilidade à educação faz-se também com uma (inter)mobilidade inclusiva, através de transportes escolares, públicos e meios suaves.

Para o PAN, é necessário garantir esta oferta no município e promover um “salto” qualitativo com base nas seguintes propostas:

- **Criar um Programa Municipal, em articulação com as escolas, que fomente a criação de grupos de deslocação suave para a escola ou para as Atividades de Tempos Livres (ATL), através de percursos predefinidos, em pequenos grupos e horários preestabelecidos, fomentando o convívio, a criação de laços com a comunidade e a conexão com a paisagem, para além do combate ao sedentarismo e redução do trânsito, com conseqüente melhoria do meio ambiente**
- Garantir uma rede integrada gratuita de transportes escolares conjugada com o transporte público (incluindo o transporte flexível), com vista a garantir o acesso à educação não formal, isto é, o acesso das crianças e jovens a bens, serviços e equipamentos para lá do horário escolar - sem esquecer a sua racionalização, com vista à otimização de custos -, indo para lá da articulação com os horários, atividades e necessidades escolares das/os alunas/os
- Realizar estudos para a requalificação dos locais de tomada e largada de estudantes

- **Garantir, em articulação com as escolas, o transporte atempado a todas as alunas e alunos com necessidades específicas** nos seus percursos, nos seus horários e outras exigências resultantes das especificidades de cada estudante

Segurança em contexto escolar

Criadas as condições de acessibilidade à educação, é necessário garantir o investimento na segurança, qualidade e sustentabilidade dos equipamentos educativos, enquanto fatores essenciais para o desenvolvimento do sentimento de pertença e bem-estar de toda a comunidade educativa, contribuindo para o seu sucesso. Mas estas condições não podem ficar reféns de argumentos orçamentais ou obstáculos burocráticos que não se coadunam com o tempo letivo.

Para o PAN, são condições essenciais:

- Inventariar, com os órgãos de gestão das escolas, as necessidades de equipamentos, de intervenção e de reparação dos edifícios e espaços escolares, garantindo respostas de equidade para todos
- **Garantir apoio de equipas técnicas especializadas em cada agrupamento** que permitam a manutenção das escolas, evitando estados de degradação e outros gastos mais avultados
- **Implementar o projeto “Faz Parte da Solução”**, envolvendo a comunidade educativa no processo de recuperação dos edifícios e dos espaços exteriores

- Assegurar que os projetos relativos a construções/reabilitações/conservação de escolas devem, obrigatoriamente, **valorizar e priorizar materiais sustentáveis**, resultantes da economia circular, assegurar as questões de segurança e de arejamento e ter em conta a que população se destinam
- Assegurar, igualmente, que os equipamentos são dotados de espaços destinados a refeitórios escolares
- **Garantir policiamento de proximidade** junto aos equipamentos escolares, desenvolvendo ações de informação e capacitação de estudantes para a deteção de situações de risco e recursos de atuação na comunidade
- Implementar programas de combate a todas as formas de violência em contexto escolar

Profissionais escolares

Os assistentes operacionais são elementos essenciais ao adequado funcionamento das escolas, sendo por isso essencial que se garanta que aos Agrupamentos as condições necessárias para colmatar as sucessivas falhas a nível de contratação.

Por isso, propomos:

- Garantir a integração dos órgãos de gestão das escolas nos processos de recrutamento e colocação do pessoal não docente inseridos nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico

- Garantir a formação destas/es profissionais em áreas relacionadas com o seu exercício profissional, nomeadamente: bases de saúde mental, desenvolvimento de crianças e jovens, literacia em saúde, primeiros socorros, entre outros

A educação não pode acontecer desligada da natureza. Por isso, defendemos que o município:

- Incentive e apoie as escolas no **desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes.**
- Fomente a capacitação das/os profissionais de educação e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos
- Integre casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais
- Realize estudos de impacto sobre a integração das crianças nestes modelos em indicadores de saúde, comportamento, cidadania e aprendizagem

Alimentação

No que diz respeito às refeições escolares e gestão das cantinas escolares, a posição do PAN é clara: a saúde começa no prato. **A alimentação deverá ser a pedra basilar de promoção de saúde.** A escola deverá promover e incentivar a adoção de hábitos saudáveis, adotando igualmente um papel didático, valorizando os alimentos mais saudáveis e comportamentos que em última análise contribuem, desde cedo, para a prevenção da doença. Importa garantir que as cantinas escolares sejam dotadas de mecanismos que melhorem a qualidade da oferta alimentar e respondam às necessidades nutricionais de toda a comunidade escolar. A criação de estratégias para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, assim como a garantia

da qualidade das refeições servidas passa, inevitavelmente, pela presença e pelo trabalho desenvolvido pelas/os nutricionistas.

O que propomos:

- **Assegurar a disponibilização de mais de um/a nutricionista por agrupamento de escolas**, promovendo sessões mensais no âmbito da educação alimentar, em conjunto com as famílias e definir - em conjunto com agrupamentos escolares/escolas, pais, encarregadas/os de educação e profissionais da área - estratégias locais para promoção de hábitos alimentares saudáveis
- Estabelecer como objetivo a realização de, pelo menos, uma consulta de nutrição individual, por ano letivo, para todas as alunas e alunos, acautelando os devidos recursos
- Assegurar uma resposta efetiva na sinalização e acompanhamento da/os estudantes que manifestam necessidade de apoio específico na área da nutrição
- Assegurar a disponibilização diária nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida e garantir em qualquer contexto de oferta alimentar - como máquinas de vending, bares e outros - a existência de alimentos saudáveis e a inclusão de opções vegetarianas estritas
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições
- **Assegurar a formação em alimentação de base vegetal**, nutricionalmente equilibrada, nas cantinas cuja competência de gestão pertença ao agrupamento escolar ou escola não agrupada

- Estabelecer que **os cadernos de encargos relativos à concessão do fornecimento de refeições por entidades externas assumem, obrigatoriamente, assumir critérios de qualidade nutricional e ambientalmente mais sustentáveis e incluem um estudo comparativo entre contrato e gestão da própria autarquia**

Educação para Tod@s

A educação inclusiva é fundamental para a garantia de um acesso equitativo de oportunidades com vista ao sucesso escolar. Neste âmbito, também **a Câmara Municipal deverá assumir-se como elemento ativo neste processo**, ora dotando as escolas de equipamentos que permitam o desenvolvimento de aprendizagens, ora contribuindo na construção de projetos inclusivos, inovadores, que permitam às comunidades educativas dotarem-se de ferramentas que visem um ensino de qualidade, promovendo a criação de sinergias entre a comunidade. A educação deverá ser um sistema aberto às famílias e às comunidades, onde se promovem dinâmicas entre os vários agentes educativos. **Torna-se essencial que sejam garantidas respostas sociais e medidas concretas de forma a colmatar as desigualdades existentes e que tendem a discriminar negativamente a pessoa com limitações e/ou incapacidades.** Neste âmbito, é premente que o Município pugne por políticas inclusivas e garanta mecanismos que quebrem barreiras físicas e comunicacionais.

Para isso, propomos:

- **Proceder ao levantamento municipal das necessidades de apoio a estudantes para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão,**

nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, materiais didáticos em braille e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada estudante

- **Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP)**, disponibilizada de forma gratuita às famílias com progenitor/a surdo/a e com filho/a em idade escolar, devidamente articulada com uma resposta nacional
- Desenvolver projetos que visem a **formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral** e integrar projetos de aprendizagem em LGP adaptada às crianças ouvintes
- **Implementar programas de integração na comunidade** para crianças/jovens com limitações e/ou incapacidades, através de uma rede de apoio a estas/es alunas/os/famílias ao longo dos percursos educativos e formativos, **fomentando o desenvolvimento das competências sociais necessárias à sua autonomia e integração profissional**
- Criar o programa “Educar IN” - plano municipal de apoio aos pais na capacitação para a gestão educativa das/os educandas/os com necessidades especiais, através de parcerias com faculdades de psicologia e educação, e com o acompanhamento de técnicas/os municipais
- Contratar, de forma atempada, as/os assistentes operacionais para estudantes com necessidades específicas, mediante transferências de verbas do Governo para o efeito
- Reforçar a contratação de assistentes operacionais para além do estipulado no rácio, de acordo com as necessidades locais

- Desenvolver parcerias com entidades artísticas para utilizar as áreas da Arte, Cultura, Desporto, entre outras, como meios privilegiados de inclusão.

Educação para os afetos

A educação para os afetos representa uma oportunidade e é uma decisão política de se promover o respeito pelo direito à diferença e pelas outras pessoas, nomeadamente das suas características físicas, os seus valores e a sua orientação sexual. Para além disto, permite também trabalhar temas tão importantes como: o abuso sexual, a gravidez não desejada, infeções sexuais, direitos LGBTI+, entre outros. As discussões que se têm feito em Portugal sobre os conteúdos da disciplina de cidadania realçam, acima de tudo, o pouco conhecimento e o preconceito existente por parte de quem defende acabar com esta disciplina.

Assim, o PAN propõe que o município possa:

- Garantir formação a todas/os as/os docentes, assistentes operacionais e técnicas/os de todos os agrupamentos do município, a iniciar no pré-escolar, sobre a educação para os afetos
- Implementar, em cada um dos agrupamentos, uma formação destinada a encarregadas/os de educação sobre a educação para os afetos e onde se explicita o trabalho que se irá desenvolver

A educação para o bem-estar e proteção animal

A cidadania constrói-se a partir dos primeiros anos de vida e em todos os contextos em que nos movemos. A escola tem em si o poder e o privilégio de transformar o mundo através das suas “matérias-primas” mais ricas, as crianças e jovens. Queremos um futuro onde o respeito pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade. Para isso, é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser integradas medidas contínuas e coerentes de respeito pela vida e bem-estar dos animais, desde logo garantindo a sua transversalização nos diversos contextos e a sua priorização enquanto política pública de educação.

Defendemos:

- A criação de um **Programa Municipal de educação para o bem-estar animal**²¹, onde as políticas educativas, visem:
 - Criar um programa educativo municipal integrando todas/os as/os que atuam no município pela proteção animal (associações, autoridades, cuidadoras/es, profissionais especializadas/os), com vista a desenvolver competências como a empatia, o respeito pelos animais, entre outras
 - Dinamizar sessões de leitura que integrem livros que promovam o bem-estar animal e criar um programa de leitura com as famílias que inclua a disponibilização de livros
 - Implementar um projeto para incentivar a integração dos animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professoras/es, assistentes operacionais e estudantes

²¹<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=45711>

Educação para a cultura e ativismo

Para o PAN, a **educação e a cultura têm de caminhar lado a lado. O ativismo será a forma de melhor consolidar as relações entre as referidas áreas de intervenção e aprendizagem. Isto é especialmente estruturante se tiver como ponto de partida a comunidade escolar. Esta, enquanto espaço de saberes, torna-se, assim, palco por excelência de tal encontro.**

Deste modo, privilegiando a ação como meio do conhecimento prático - pois assim entendemos o ativismo -, daremos lugar à geração de comunidades colaborativas, sem esquecer a destreza emocional, com particular enfoque na resiliência. Desta forma, contribuiremos fundamentalmente para a concretização de espaços abertos ao debate - que não é mais do que a argumentação pela prática -, incentivando firmemente a uma maior participação na construção de um entorno que a todas/os inclua, sem exceções.

Propomos:

- Incentivar as escolas a que se tornem centros de voluntariado, inspirados pela cultura do cuidado pelas outras pessoas e pela natureza
- Utilizar, por semana, um dia útil das escolas para as atividades não formais, relacionadas com as artes, o desporto, a natureza, o voluntariado e o bem-estar animal, estabelecendo parcerias com o tecido económico, associativo, social, cultural e desportivo
- Promover a articulação entre as escolas, a autarquia e instituições de carácter artístico e cultural (por exemplo, biblioteca municipal, museus, grupos de teatro/música/folclore locais)

Reconhecemos as mais-valias das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nomeadamente na democratização do acesso a diversas atividades de enriquecimento para todas as crianças. Contudo, há ainda um caminho a fazer. Importa, por isso, passar a considerar o papel das AEC no plano educativo das escolas, promovendo a sinergia e cooperação entre as/os diferentes profissionais, podendo realizar-se em horários letivos, se assim for mais conveniente para a comunidade escolar, na perspetiva da promoção de um tempo de qualidade.

Assim, propomo-nos a:

- Assegurar que a contratação de professoras/es e/ou técnicas/os de áreas diferenciadas é feita pelo próprio agrupamento, com a remuneração adequada à formação destas/es profissionais de acordo com a tabela remuneratória das suas categorias profissionais
- Criar espaços/valências que tenham em consideração o lúdico e o aprender brincando, através de áreas que incluam o desporto, o teatro, a natureza, a cidadania, o voluntariado e outros, que promovem o desenvolvimento da criatividade e das expressões
- Implementar práticas de relaxamento, mindfulness, filosofia com crianças, educação para os afetos e aprendizagem através da natureza
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas escolas no âmbito do projeto-piloto “**O que vem da terra, volta à terra**”.

Atividades de apoio à família

Por que precisam as crianças de estar tanto tempo na escola? Na realidade, porque as mães e pais têm de trabalhar demasiadas horas e/ou porque não conseguem horários coincidentes. Defendemos que as famílias devem ter tempo de qualidade e que a sociedade deve garantir a conciliação da vida profissional com a vida familiar - o ideal é que a família tenha tempo para viver em família.

Neste sentido, pugnamos por:

- **Assegurar, em articulação com o agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, a criação de uma rede integrada de respostas de apoio às famílias, através de respostas das Componentes de Apoio à Família (CAF), das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF), e de outras equivalentes do setor social e solidário, para coordenar as várias respostas sociais locais no apoio às crianças e respetivas famílias após o horário letivo escolar**
- Oferecer um plano de recursos lúdicos com o envolvimento de toda a comunidade escolar, onde seja incentivada a ida da família à escola, para partilhas de experiências e conhecimentos.

A educação da população adulta

A aprendizagem ao longo da vida deverá ser um pilar importante no âmbito da educação. Portugal apresenta um baixo nível de qualificação profissional e escolar entre a população adulta, além de taxas elevadas de abandono escolar precoce, e tem de responder aos desafios da sociedade do conhecimento de forma urgente e prioritária.

O município deverá:

- Apostar em ações de sensibilização junto das associações de pais para divulgação de caminhos de qualificação, para a promoção do aumento da qualificação escolar das mães e pais das/os alunas/os
- Disponibilizar locais de aprendizagem e de promoção da literacia digital das pessoas adultas, procurando o exercício de um acesso democrático à informação (bibliotecas Municipais, centros cívicos)
- Promover o português para estrangeiras/os como veículo para a integração das comunidades
- Promover cursos profissionais para a população adulta que promovam o desenvolvimento sustentável dessas localidades (por exemplo, técnicas/os de conservação e gestão da natureza, técnicas/os nas áreas da qualidade e segurança ambiental, guias de ecomuseus, centros de interpretação e educação ambiental).

Ensino superior

Os custos do alojamento universitário constituem a maior fatia do orçamento das/os estudantes e conseqüentemente o **maior entrave financeiro no acesso ao ensino superior**. Para além disto, **aprofundam assimetrias socioeconómicas entre zonas rurais e urbanas**, uma vez que o número de estudantes deslocadas/os que residem nas zonas rurais é superior.

Assim, a falta de alojamento acessível aumenta significativamente os custos da educação das/os estudantes deslocadas/os, em comparação com as/os restantes, criando um sistema de para “o mesmo curso, dois preços”. Esta situação também se verifica nos

cursos profissionais e artísticos do ensino secundário, onde a questão do transporte surge também como um problema ao qual urge dar resposta.

Neste sentido, o PAN propõe:

- Estabelecer parcerias com projetos de Alojamento Local, garantindo a disponibilização de algumas frações para o alojamento estudantil, e a criação **de um programa de arrendamento acessível para estudantes ao nível municipal**, que estabeleça limites aos valores de rendas, garantindo benefícios fiscais às/ proprietárias/os
- Pugnar por uma rede pública de transportes intermunicipal coordenada, integrada e eficiente para o acesso às instituições de ensino superior, assegurando o **transporte público gratuito para as/os estudantes do ensino superior**, que concluem o curso em (n = número de anos do curso):
 - o n + 1 - se o curso for de duração igual ou inferior a 3 anos;
 - o n + 2 - se o curso for de duração superior a 3 anos;
- Implementar as **Semanas Municipais da Juventude, promovendo o debate sobre as políticas para a juventude**, aumentando o contacto das/os alunos do ensino secundário com ex-alunas/os das mesmas escolas que frequentam o ensino superior, de modo a aumentar a proximidade com o ensino superior e mostrar diferentes percursos que podem ser tomados (no âmbito de um projeto integrado de orientação escolar e profissional)
- **Disponibilizar serviços de psicologia gratuitos a estudantes universitários** (gestão de stress, ansiedade, aconselhamento e orientação)

- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior
- Disponibilizar apoio municipal através da atribuição de vouchers para a aquisição de e-books e material de apoio a estudantes
- Promover um programa de acesso à cultura para estudantes, que integre entidades parceiras desta área, bem como acesso a espetáculos com ingressos mais acessíveis ou mesmo gratuitos nos espaços de responsabilidade da Câmara

Saúde mental na educação

Muitos dos sinais de perturbação psicológica na vida adulta surgem na infância e na adolescência, pelo que as escolas são espaços privilegiados para identificar e sinalizar comportamentos que possam vir a consolidar problemas de saúde mental. Uma vez que continua a ser deficitário o número de profissionais de psicologia nos contextos educativos, é fundamental formar as comunidades educativas, nomeadamente o pessoal docente e não docente, para capacitar todas/os a melhor agirem nas sinalizações e no seguimento a dar às/aos estudantes que lidam com sofrimento emocional ou com outro problema que consolide abuso ou risco psicossocial para a criança ou adolescente.

O município deve construir pontes entre a comunidade, a escola, as famílias, as crianças e jovens, promovendo e facilitando quer o acesso à informação, quer capacitando a escola e a família para a sinalização de potenciais quadros clínicos que carecem de acompanhamento, combatendo o abandono e insucesso escolar, prevenindo-se potenciais impactos negativos na saúde mental aquando da vida adulta.

Para o PAN é fundamental:

- Reforçar as equipas de psicólogas/os nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação
- Desenvolver junto dos estabelecimentos escolares públicos ações de formação direcionadas às/aos docentes, dirigentes escolares, assistentes técnicas/os e assistentes operacionais, capacitando as/os profissionais de conhecimentos e competências que permitam a identificação de sinais ou sintomas que possam ser reflexo de uma necessidade de acompanhamento
- **Criar equipas comunitárias multidisciplinares no âmbito da saúde mental para a infância e adolescência**, constituídas por profissionais de saúde mental, serviço social, educação, em articulação com o/a educador/a, professor/a titular ou diretor/a de turma
- Apoiar e desenvolver projetos junto das comunidades escolares que promovam o desenvolvimento de uma rede de associativismo juvenil, como forma de combater o isolamento e prevenir cenários de exclusão
- Implementar um programa municipal de combate ao estigma na doença mental, nomeadamente através de jornadas que incluam formação, debates, curtas-metragens, escrita criativa, música e desporto

Cultura e Valorização Artística

Na esperança de que **a cultura, as artes e a imaginação sejam o motor de novas formas de pensar e de reinventar as comunidades locais, em especial após a crise sanitária, trazemos como principal desafio a possibilidade de consolidar um movimento onde**

seja possível ancorar novas e velhas vontades, paisagens culturais comuns, polos de economia criativa e competências locais de intervenção e desenvolvimento.

Uma cidade e uma região comprometidas com o futuro (ecologia) terão de pugnar pela defesa e implementação local de práticas sempre mais verdes. Deste mesmo modo, também os agentes culturais e artísticos terão de deixar uma pegada ecológica mais consciente, diminuindo, nesse propósito, o impacto ambiental no seu exercício.

Iremos promover que, partindo do entorno local, o agente cultural e artístico se torne também ele promotor da mudança e a matriz da transição necessária, com vista à observação das causas PAN.

O acesso à cultura, às artes, à paisagem e ao património cultural edificado é um direito à memória - que nos representa e nos convoca - sendo paralelamente a afirmação de uma mudança, pois **é através da cultura que teremos um elo de ligação ao longo do país: um fio condutor entre a saúde, a cidadania, a educação, o trabalho, a mobilidade, as cidades, o ambiente, o quotidiano. A cultura é tudo isto e mais ainda.**

Neste sentido, queremos:

- Criar um programa de **adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais** do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas, a exemplo do que já acontece no Museu de Santa Maria de Lamas, para com as pessoas cegas.
- Proceder ao levantamento de património abandonado e potenciar a sua transformação em centros culturais, a exemplo da antiga escola do 2^a e 3^a Ciclo Fernando Pessoa, na Feira, que está completamente abandonada.
- Criar uma plataforma que permita identificar as coletividades artísticas do concelho, o que estão a fazer, os seus recursos, as suas necessidades, promovendo o trabalho em rede,

a partilha de recursos e **maximizar a produção cultural levando-a ao maior número de locais e pessoas**

- Criar programas em parceria com o sector da saúde pública, privada e cooperativa, nos quais a cultura e as artes sejam facilitadoras de abordagens positivas no que à saúde mental diz respeito.

Eixo 3 - Proteção e bem-estar animal

A dignidade dos animais não humanos, designadamente no que toca ao seu interesse à vida e à integridade física e emocional, tem vindo a ganhar relevância e a ser reconhecida de forma transversal nos mais diversos setores da sociedade.

Seja no domínio dos animais de companhia, dos animais errantes ou abandonados - que se estende aos animais de pecuária, selvagens ou exóticos - da fauna local ou dos animais utilizados nas diferentes áreas do entretenimento, ou com fins económicos, o município deve pautar-se por princípios éticos agregadores do respeito pelos animais, sobretudo na convergência das diferentes políticas orientadoras, sejam elas de âmbito social, económico, cultural, comercial, desportivo, ambiental e até urbanístico.

Fenómenos como os maus-tratos, o abandono, o acorrentamento, a reprodução descontrolada de animais de companhia, inclusive dos denominados animais de quinta ou de pecuária, a falta de condições de alojamento em que são mantidos, a detenção irresponsável de animais selvagens ou exóticos, as perdas de habitat, entre muitas outras realidades, devem ser eficazmente combatidas.

É fundamental apostar na educação e nas ações de sensibilização, devendo a autarquia para o efeito dotar-se de meios humanos e estruturais devidamente habilitados e adequados, que lhe

permita dar resposta aos desafios impostos pelo decorrer dos tempos em matéria de proteção animal.

Não conseguimos compreender que em pleno século XXI, num município moderno e desenvolvido não estejam a ser implementadas políticas concretas e eficazes nesta área. As políticas públicas municipais devem assim evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de proteção e bem-estar animal.

Queremos um concelho a liderar nas políticas de bem-estar de todos os animais!

Para isso, o PAN considera fundamental a adoção de diferentes medidas, tais como;

- Criar a figura da Provedora / Provedor Municipal dos Animais, a qual deve atuar com autonomia e independência, de forma apolítica e apartidária, e ter por missão zelar pelos direitos e interesses dos animais do concelho, sendo-lhe assegurados todos os meios que permitam exercer a tempo inteiro as suas funções.
- Criar na orgânica da Câmara Municipal **um pelouro denominado “Proteção, saúde e Bem Estar Animal”**, onde será criado e executado um Plano Municipal, dotado de verba orçamental para a sua execução, e em articulação com a/o Provedor/a Municipal, de Protecção, Saúde e Bem-estar animal, onde se inclui;
- Criação de um Serviço Veterinário Público, que garanta;

- Centro de Atendimento Permanente no CROA, municipal ou intermunicipal, destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica que não tenham capacidade para assegurar aos seus animais de companhia os cuidados básicos de saúde ou socorrê-los em situação de emergência e assegurar a entrega e recolha de cadáveres de animais de forma gratuita;
- Recursos humanos suficientes para o bom funcionamento do CROA e estes possuam a devida qualificação técnica e aptidão para as funções, devendo, para além de médicos-veterinários municipal e dos tratadores-apanhadores, assegurar-se a existência de enfermeiros veterinários, auxiliares de medicina veterinária e especialistas em comportamento animal, que possam avaliar animais cujo comportamento possa ser considerado agressivo ou assilvestrado e promover, sempre que possível, a sua reabilitação e respetiva socialização com pessoas e/ou outros animais.
- Programas de apoio, geridos pela autarquia ou em parceria com as associações zoófilas e juntas de freguesia, dirigidos a pessoas em especial situação de vulnerabilidade social e de sem-abrigo que detenham animais, por forma a assegurar a alimentação dos mesmos e a prestação de cuidados básicos, como o plano de vacinação, cuidados de saúde e higiene animal
- A realização de **campanhas de sensibilização para o fim do acorrentamento e a criação de programas de apoio**, em articulação com as associações zoófilas, que contemplem a adaptação dos espaços onde os animais se encontrem às condições de bem-estar animal, designadamente, mediante a construção de vedações ou instalação de boxes adequadas às necessidades dos animais, que permitam solucionar a situação dos animais acorrentados.

- Divulgação por parte da Autarquia, dos serviços a prestar na área de bem-estar e proteção animal, aos munícipes através de publicações nas juntas de freguesia, assim como nas páginas oficiais do Município e nas redes sociais, por forma a estarem acessíveis a Todos /as os cidadãos/ às Feirenses.
- **Assegurar nos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil equipas multidisciplinares de salvamento e resgate animal** que integrem médicos-veterinários garantindo uma rápida resposta em caso de catástrofe, acidente ou desastre natural e em situações climatéricas extremas.
- **Estabelecer uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs)**, em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos em situação de emergência e /ou antes de seguirem para uma família definitiva. No estabelecimento desta rede de voluntários, prestar especial atenção à possibilidade da pessoa sénior como (FAT), sempre que asseguradas as questões de segurança, tanto para a pessoa como para o animal, pois existem séniores a viver sozinhos, nas suas plenas capacidades, e cujo acolhimento de um animal servirá de apoio a ambas as partes. Os custos inerentes a cada animal em FAT são assegurados pelo município.
- **A realização campanhas de esterilização, com carácter frequente, de animais de companhia**, incluindo os animais errantes ou abandonados do concelho, bem como os que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas.

- **Dar resposta à problemática do aumento de colónias de gatos domésticos e/ou assilvestrados**, através dos programas CED²² - **Capturar - Esterilizar - Devolver**, fomentando **a sua implementação**, sempre que necessário em parceria com as associações zoófilas ou os cuidadores/voluntários localmente existentes. O registo destes animais é feito em nome da Câmara Municipal.
- Assegurar a **inclusão dos animais de companhia nos Planos Municipais de prevenção e combate à Violência Doméstica**, quer no âmbito das ações de sensibilização e de prevenção, quer permitindo o acesso dos animais aos espaços de apoio à vítima da competência do município, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo. Sempre que não seja possível assegurar a permanência do animal junto da vítima de violência doméstica, a autarquia deve assegurar o seu alojamento no Centro de Recolha Oficial
- **Implementar projetos alternativos ao CROA**, que permitam a relocalização de cães silvestres ou assilvestrados para espaços vedados diversificados e devidamente controlados, através da criação de “santuários” para a vida animal/parques para matilhas, garantindo a respetiva alimentação, abeberamento e controlo populacional.
- **Implementar o conceito de Animal Comunitário**, garantindo a proteção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública limitada, cuja guarda, detenção, alimentação, esterilização e cuidados médico-veterinários são assegurados por uma comunidade local de moradores.

²²<https://data.dre.pt/eli/lei/27/2016/08/23/p/dre/pt/html>

- Assegurar a existência de protocolos e termos de adoção, os quais devem incluir uma **avaliação prévia dos potenciais adotantes dos animais alojados no Centro de Recolha Oficial** - o que inclui a verificação das condições de alojamento dos animais nas habitações dos adotantes como forma de prevenir situações de maus tratos ou acorrentamento/confinamento/isolamento dos animais - mecanismos de apoio e acompanhamento pós-adoção, com vista a potenciar o sucesso da adoção e a reduzir o número de animais devolvidos e/ou abandonados
- **Criar parques caninos em diferentes freguesias do concelho**, integrados em espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes
- **Proceder à realização de um censo para apuramento dos animais existentes no concelho**, independentemente da finalidade com que são detidos, visando o reforço da fiscalização, da prevenção do abandono, do socorro em caso de incapacidade temporária ou definitiva do detentor, e do bem-estar e saúde animal
- **Isentar do pagamento das taxas de licenciamento anual os animais esterilizados, bem como os adotados em associações zoófilas**
- Realizar periodicamente **campanhas de identificação eletrónica dos animais de companhia**
- **Dotar as diferentes forças policiais, bombeiros e associações zoófilas de leitores de microchip** de forma a permitir a identificação imediata de animais encontrados na via pública e respetivos detentores

- **Criar um grupo de trabalho** para a elaboração de um manual de procedimentos **para as situações de perturbação de acumulação de animais**, vulgarmente chamado de Síndrome de Noé.

Equídeos e outros Animais de Quinta

- **Garantir a existência de soluções que permitam a recolha de equídeos que sejam vítimas de maus-tratos** ou que se encontrem abandonados ou a deambular nas vias e lugares públicos, através do CROA ou de protocolos com entidades privadas;
- **Assegurar**, diretamente ou em parceria com associações ou entidades privadas, **a existência de locais de acolhimento de animais de quinta, conhecidos como santuários ou refúgios de vida animal**, que constituam espaços pedagógicos para as crianças e jovens sobre o respeito para com os animais.

Fauna Urbana e Animais Silvestres

A autarquia deve contribuir para **o desenvolvimento do conhecimento sobre os animais existentes no concelho** e promover a realização de estudos em parceria com instituições de ensino, investigação e proteção aos animais, com vista a fomentar uma maior proteção, saúde, bem-estar animal e sensibilização da população quanto às suas características, necessidades e preservação dos seus habitats;

- Os morcegos nas Guimbras, estão a ser colocados em risco devido à interferência do aumento de luz pública a quando da realização de grandes eventos.
- As pegas, devido à destruição do seu habitat, dentro das zonas urbanas, com o constante abate de árvores.
- Assegurar a existência de um **Centro de Recolha para Animais Selvagens (CRAS)**, ou estabelecer **protocolos com Centros já existentes a nível município ou intermunicipal**, no sentido de facultar apoio veterinário ou outros cuidados, com vista à sua recuperação para serem devolvidos ao seu meio natural;
- Criar zonas **protegidas para acolher animais silvestres, a nível municipal ou intermunicipal**, que tenham sido alvo de acidentes ou de detenção ilegal, como por exemplo **ouriços**.
- **Proibir a atividade cinegética em terrenos que sejam propriedade ou que estejam na posse da autarquia, exercendo o direito à não caça**, bem como não conceder qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de outros benefícios ou isenções, a esta atividade.

Espetáculos e Atividades de Lazer com Animais

- A autarquia deve assegurar a proibição da instalação de circos ou atividades similares que utilizem animais, no concelho, bem como não permitir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções, a estas atividades.
- A autarquia deve assegurar o não licenciamento de eventos que utilizem animais para fins lúdicos, mendicidade e veículos de detração animal. A exemplo; **A Viagem Medieval**.

- A autarquia deve assegurar a proibição de eventos que utilizem animais para fins lúdicos, como feiras/exposições ou corridas de cães.

Eixo 4 - Administração do Município e Gestão do Território

Para o PAN, uma autarquia quer-se próxima dos cidadãos e cidadãs, o que se alcança com a implementação de políticas que alterem para melhor o quotidiano das populações, naturalmente, mas também com uma selecção de eleitos verdadeiramente disponíveis para conhecer as expectativas e anseios das pessoas e para, a partir delas, levar a cabo uma governação transparente e que envolva todos.

Para nós é muito claro que a autarquia deve estar ao serviço dos munícipes e não o inverso, pelo que a proposta de gestão que fazemos para a Autarquia assenta na proximidade aos/às munícipes feirenses, na prestação de um serviço público diferenciado, definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos, promoção de boas relações institucionais, assumir o compromisso de dar resposta aos desafios climáticos atuais, estando todos estes princípios assentes naquele que é essencial e imprescindível a qualquer órgão público, a transparência.

Assim, propomo-nos a:

- Elaborar uma **declaração conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal da "emergência climática"** bem como o compromisso de articular a execução das demais políticas públicas no combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos
- **Criar um Portal da Transparência**, onde se garanta:

- A transparência e celeridade no processo administrativo, em particular o processo de licenciamento ou de gestão territorial, promovendo a existência de códigos de boas práticas que combatam os fenómenos de corrupção e/ou a degradação do património
 - Que a documentação institucional do Município se encontra em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos/às munícipes
 - A criação de um **Registo Municipal de Transparência de Representação de Interesses e de Lobbies**, assim como um mecanismo de pegada legislativa municipal, que, relativamente a todas as propostas apresentadas ou apreciadas no âmbito dos órgãos municipais, identifique todas as consultas ou interações que influenciaram o conteúdo final da proposta
 - Publicação de todas as taxas existentes, a respetiva regulação, os benefícios fiscais, e paralelamente todas as isenções concedidas a empresas, aliadas à justificação das mesmas
-
- **Assumir o compromisso “Zero Propaganda Institucional”**, fomentando a transferência de verbas habitualmente utilizadas em publicidade e marketing para a melhoria dos serviços públicos, porque o erário público deve estar ao serviço das populações e não de interesses político-partidários.

Proximidade aos/às munícipes

- **Envolver os Movimentos Associativos e de Cidadãos, na gestão do Município através da criação de conselhos municipais** que funcionem em matérias estruturantes para o

Concelho, aproximando os/as executivos/as das associações, nomeadamente as de desenvolvimento local, na construção e definição de políticas públicas locais

- Instituir uma política de proximidade aos cidadãos/ãs, com a implementação de práticas facilitadoras do contacto e potenciadoras da participação cidadã, como a definição de um dia semanal de contacto com a população ou a instituição de referendos locais para matérias de reconhecido interesse municipal que sejam estruturantes para a área geográfica
- Implementar orçamentos participativos e orçamento participativo jovem, promovendo a participação e a cidadania e dando aos munícipes a oportunidade de propor e decidir sobre os projetos locais, aproximando assim os/as cidadãos/ãs das políticas locais
- Instituir hábitos amigos da democracia, como sejam reuniões descentralizadas, também elas em horários convidativos, com o período aberto à intervenção da população garantidamente feito no meio das sessões, entre o Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) e o Período da Ordem do Dia (POD), e com a inscrição nas reuniões públicas a ser possível à distância, permitindo assim uma maior interação entre estas e os órgãos do Município, tendo em vista a promoção da participação cidadã e a valorização das opiniões dos/as munícipes
- Garantir em todas as Assembleias Municipais a existência de interpretes de (LGP), assim como a transcrição de atas e outros documentos importantes para Braille a disponibilizar nas juntas de freguesia e inclusão dos mesmo documentos nas paginas oficias do Município permitindo que todos e todas tenham acesso a informação.

- **Garantir uma equipa técnica de apoio às instituições e/ou associações locais para candidaturas a fundos europeus ou outros**

Funcionamento eficiente e plural dos órgãos locais

- Pugnar pelo cumprimento escrupuloso da lei do direito de oposição, com a valorização dos contributos da oposição, nomeadamente em matéria das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal
- Garantir a divulgação, no sítio do Município, das propostas acolhidas pelo Executivo Municipal que sejam da autoria da oposição, disponibilizando um espaço próprio para pronunciamento das forças da oposição no sítio do município e no boletim municipal
- Garantir condições de funcionamento pleno, como sejam dignificar o trabalho dos/as eleitos/as locais, garantindo que têm recursos humanos e técnicos para apoiar nas tarefas municipais, garantindo espaço próprio para a sua independência e que os Grupos Municipais e os/as seus/suas eleitos/as dispõem de verba condizente para contratação de assessoria técnica especializada. Só assim é possível conferir dignidade ao exercício dos mandatos e garantir qualidade aos mesmos
- **Assegurar um gabinete de apoio técnico e jurídico específico para questões relacionadas com a gestão das freguesias e a ser usado pelos Presidentes de Junta.**

Respostas de emergência

Proteger as populações e grupos mais vulneráveis

Uma das funções do Serviço Municipal de Proteção Civil é garantir a Intervenção Psicossocial em Acidentes e Catástrofes vocacionada quer para o apoio às populações, quer para todos os elementos da proteção civil, em contexto de prevenção de emergência, emergência e pós-emergência, integrando uma equipa multidisciplinar composta por psicólogos/as e assistentes sociais.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) deve assim contemplar:

- Um Plano Setorial de Apoio Psicossocial onde estejam identificados claramente as funções de cada agente da protecção civil ao nível da intervenção psicossocial bem como a forma de se articularem.

Paralelamente, queremos:

- Elaborar um **Plano de Contingência para as pessoas em situação sem-abrigo perante as vagas de frio** e para os casos de Declaração do Estado de Emergência ou do Estado de Sítio
- Integrar no PMEPC um sistema de respostas e meios alocados à prevenção e recuperação do risco e acidente das populações e grupos mais vulneráveis da comunidade
- Integrar as organizações de intervenção social nas diversas fases do processo de elaboração, revisão e avaliação dos planos de emergência em proteção civil, de vários

níveis (local, regional e nacional), de modo a possibilitar a existência de uma rede de resposta social

É necessário que o Município contribua ativamente na educação para o risco, a fim de criar uma cultura de prevenção junto dos/as jovens e restante população. Uma das funções do Serviço Municipal de Proteção Civil é a sensibilização, formação, ensino e treino para os comportamentos a adotar perante situações de crise, acidente e catástrofe. Neste contexto formativo realçamos

- A formação em suporte básico de vida para pessoas e animais, desfibrilhação automática externa, uso do 112, medidas de autoproteção, entre outras, em contexto escolar e na comunidade em geral

Paralelamente, é fundamental que os/as agentes de proteção civil presentes no território (forças policiais, bombeiros/as, Unidades Locais de Proteção Civil) estejam mais bem preparados para responder perante situações em que a vítima seja portadora de alguma deficiência.

Assim, deve o município pugnar por garantir formação específica destes agentes, em áreas como:

- Língua Gestual Portuguesa
- Reconhecer comportamentos característicos do autismo ou outras patologias cognitivas

No fundo, pretendemos criar cidadãos mais bem preparados, comunidades mais resilientes, para minimizar os custos em vidas (humanas e não humanas), patrimoniais, sociais e económicos em situações de acidente ou catástrofe.

(Eco)nomia e Investimento Municipal

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos.

A atividade industrial é um importante motor de desenvolvimento económico e de emprego local, contudo não se pode sobrepôr ao maior desafio que a humanidade enfrenta: as alterações climáticas. Queremos um setor industrial moderno que esteja totalmente adaptado a uma produção responsável.

Urge mudar o paradigma no que diz respeito à forma como produzimos e o tipo de produtos que se consomem, estes que devem obedecer a **práticas mais sustentáveis** e que garantam a médio e longo prazo empregos de qualidade e estáveis.

Assim, **o nosso concelho deverá pugnar por atrair atividades industriais que respeitem o meio ambiente e a autarquia deverá ser um agente dinamizador dessas mesmas atividades económicas, através de políticas e incentivos fiscais ou apoios financeiros, nomeadamente:**

- **Atribuindo incentivos de fixação às indústrias ligadas às energias renováveis, à mobilidade e alimentação sustentável, e à promoção da economia circular**
- **Criando uma plataforma municipal para as simbioses industriais, onde os “resíduos” de uma indústria poderão ser utilizados como “matérias-primas” noutras indústrias**
- **Comparticipando, até um limite máximo anual, a aquisição de soluções de apoio à microprodução de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de**

energias renováveis em pequena escala, para as empresas que assinem o compromisso municipal para a descarbonização

- **Desenvolver um projeto piloto - HUB do Empreendedorismo Municipal ou Parque Tecnológico** - Estamos a falar de uma incubadora de projetos pessoais ou empresariais, em estreita colaboração com o município, tendo em vista a instalação de salas de trabalho, laboratórios, a custos acessíveis. Seriam criadas zonas de serviços de restauração, zonas residenciais para estes empreendedores/as. Deste modo, atraímos e incentivamos a permanência e/ou contacto de novos empreendedores/as, com investigadores universitários, escolas e instituições de ensino particulares, todo o tecido empresarial, negócios locais em colaboração na promoção de ideias inovadoras, em áreas como as alterações climáticas, reaproveitamento/reutilização de resíduos, como por exemplo o plástico, a tecnologia e a mobilidade. Poderíamos criar este projeto piloto no Europarque para o rentabilizarmos.
- **Criar o prémio municipal de sustentabilidade alimentar**, que reconhecerá os produtores hortofrutícolas que melhor implementem práticas agrícolas éticas e sustentáveis e que respeitem os princípios da agricultura biológica
- Distinguir as empresas, através do **Selo Municipal Verde**, que adotem práticas mais sustentáveis no desenvolvimento da sua atividade económica, quer pelos processos sustentáveis utilizados quer pelo desenvolvimento de novos produtos com reduzida pegada ecológica
- Implementar uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) às explorações agrícolas com culturas que requeiram baixa utilização de recursos hídricos e os de agricultura biológica
- Criar campanhas de defesa do consumo de produtos locais, sazonais e biológicos, a serem levadas às escolas do concelho e divulgadas nos principais meios de comunicação locais e nos canais de comunicação da autarquia.

- Assegurar que os eventos institucionais da autarquia que contemplem serviço de catering contêm produtos de produtores locais, através da consagração dessa exigência no caderno de encargos.
- Avaliar os impactos ambientais e na saúde pública das atividades pecuárias intensivas e outras, garantindo a não-isenção de taxas municipais²³, para aquelas que se revelem ter impactos lesivos no meio ambiente e bem-estar da comunidade.

Criar uma equipa permanente para análise do Impacto Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, bem como daquelas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas como de impacto relevante, de forma a apresentarem ao promotor propostas de diminuição do impacto ambiental negativo e garantir que na análise dos loteamentos, os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão suficiente para serem de facto utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos.

Emprego

A precariedade das relações laborais continua a manifestar-se a nível municipal. Associada a baixos salários e a horários desfasados, a precariedade é um flagelo que tem de ser ativamente combatido, sendo que **as autarquias devem ser promotoras de um conjunto de boas práticas para a contratação e gestão de capital humano.**

²³<https://dre.pt/home/-/dre/74964415/details/maximized>

Nomeadamente:

- **Definir um quadro de medidas que facilite a conciliação entre a vida familiar e profissional no município e nas empresas municipais;**
- Instituir uma política de direito ao descanso e ao “desligar” dos/das funcionários/as do município e das empresas municipais
- Apostar na qualificação e formação profissional, com ações de formação dirigidas aos empregadores/as para sensibilização e reforço de competências que lhes permitam promover a contratação de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como migrantes, jovens, pessoas em situação de sem-abrigo ou pessoas com deficiência.
- Conceder apoios às PME locais para a implementação do teletrabalho como meio para a harmonização da vida familiar e, simultaneamente, como ferramenta para a descarbonização, garantindo que essa é a vontade do trabalhador/a

Comércio e Serviços

A Autarquia deve implementar políticas públicas de defesa e promoção do comércio local, não apenas enquanto polo gerador de emprego, mas também como fator de socialização e de dinamização do espaço municipal.

A Autarquia tem um papel decisivo na proteção do pequeno comércio, razão pela qual perspectivamos as seguintes propostas:

- Isentar de taxas, nomeadamente as devidas para efeitos de afixação, inscrição, instalação e difusão de mensagens de publicidade e de ocupação do espaço público, durante o primeiro ano, às micro e pequenas empresas.
- Fazer, simultaneamente, uma revisão em baixa dos valores devidos às empresas já implantadas no concelho ou que venham a se instalarem no concelho
- Adotar uma política de restrição mínima dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos, desde que acautelado, o cumprimento da legislação do ruído;
- Pugnar, em articulação com as forças de segurança, pela implementação de práticas que fomentem o sentimento de segurança de comerciantes e respetivos clientes, nomeadamente com a exigência de maior patrulhamento em certos horários.

Prevenção de Acidentes

De acordo com o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes²⁴, os acidentes são a quarta principal causa de morte a nível europeu. Os acidentes não só causam mortes, como geram situações de incapacidade de diferentes níveis e têm efeitos colaterais nefastos nas pessoas com maior proximidade às vítimas. Por outro lado, a segurança pedonal, ou seja, as condições de segurança para os pedestres, visa não só diminuir os números de atropelamentos e mortes por atropelamento, como também oferecer condições para a potencialização dos meios ativos e sustentáveis de locomoção. Os acidentes podem e devem ser prevenidos.

²⁴<https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-3/dast-programa-nacional-de-prevencao-de-acidentes-pdf.aspx>

Importa, por isso, ao PAN:

- Analisar os dados de acidentes, feridos, mortos e suicídios do município, identificando os locais mais críticos e as possíveis causas para tais dados, posteriormente elaborando planos de resolução dos prováveis fatores de risco
- Identificar e corrigir a ausência de iluminação e proteção nas vias rodoviárias e junto às passadeiras
- Identificar zonas de maior sinistralidade com animais e encontrar soluções para a sua correção, designadamente através da criação de corredores verdes ou passagens subterrâneas que permitam a passagem em segurança de animais nesses locais
- **Garantir que as obras de repavimentações, em todas as vias caminháveis, incluem passeios seguros e inclusivos**
- **Aumentar progressivamente as vias exclusivamente pedestres ou com eixos cicláveis e ampliar a abrangência das Zonas 30km/h**
- **Instalar semaforização com sinais sonoros destinados a auxiliar pessoas com deficiência visual e utilização no pavimento e na conceção dos espaços públicos boas práticas adequadas à inclusão de todas as pessoas**
- Aumentar a fiscalização, em articulação com as forças de segurança pública, de estacionamento em passadeiras, em cima de passeios e nas ciclovias e combater a ocupação abusiva de lugares reservados a pessoas com deficiência, condicionadas na sua mobilidade, através de uma maior fiscalização.

Planeamento e Organização do espaço urbano

- **Adoptar uma lógica de “planeamento participativo”** da forma mais alargada possível e em especial quanto a todos os planos urbanísticos e projetos estruturantes para o concelho, bem como para assegurar a identificação de intervenções urbanísticas prioritárias
- **Garantir a participação eletrónica dos/as cidadãos/ãs no planeamento urbano**, possibilitando a participação pública eletrónica nos procedimentos de consulta pública no âmbito dos instrumentos de gestão do território, com a disponibilização de formulários e campos próprios para o exercício desse direito no sítio do município
- Assegurar a instalação e /ou reabilitação de bebedouros nas cidades e todas as freguesias, por forma a assegurar que os mesmos sejam inclusivos – permitindo o acesso a crianças e pessoas com mobilidade reduzida.
- Criar bebedouros para animais de companhia, nas cidades e em todas as freguesias, em especial, nos parques urbanos e de lazer.
- Criar lugares de estacionamento seguros para bicicletas, incluindo a instalação de racks, junto a interfaces de transportes públicos, grandes superfícies comerciais, vias de comércio local, bem como em jardins públicos e entradas de estabelecimentos de ensino ou espaços culturais
- Criar uma comissão de acompanhamento para avaliar a implementação do Plano Diretor Municipal (PDM) relativamente aos diferentes usos do solo
- Incluir no planeamento urbanístico e de revisão do PDM critérios de desenho de cidades que promovam a saúde.

Turismo

- Realizar um estudo sobre a capacidade de carga turística do município, por forma a avaliar o volume de turismo suportável pela cidade, atendendo aos impactos ambientais, sociais e económicos, ao nível da habitação, nos transportes, no património cultural e nos serviços públicos
- Criar um guia de boas práticas no alojamento local e setor hoteleiro que incentive as melhores práticas ao nível ambiental e de eficiência energética
- **Garantir zonas específicas para o estacionamento de autocaravanas, promovendo um turismo mais sustentável e em conexão com a natureza**
- Avaliar a necessidade de implementar quotas nas zonas de contenção relativamente ao aumento do número de hotéis, numa perspetiva de médio e longo prazo.
- Turismo Verde, virado para o património paisagístico e para a preservação dos costumes locais mas respeitando sempre os ecossistemas sendo ecologicamente sustentável.

Queremos uma revolução sustentável em Santa Maria da Feira, já!

Este tem sido o nosso mote para trazermos a debate aquilo que consideramos essencial para o nosso concelho. O PAN é um partido ecologista! O PAN é um partido animalista! Mas o PAN atua sempre em prol da conquista e garantia de direitos humanos, no caminho de proteger os mais vulneráveis, de implementar respostas no sentido de garantir uma educação de qualidade às nossas crianças e jovens e de promover políticas que assegurem a prevenção da doença e a promoção do bem-estar de todos e todas.

Acreditamos que este programa vem trazer ao concelho uma nova visão, uma nova forma de organização do território que capacitará o município nas respostas aos desafios climáticos, onde cada um e cada uma tem igual importância e a sua opinião será valorizada, onde o valor

intrínseco do ambiente é reconhecido e onde os direitos dos animais finalmente serão espelhados nas políticas locais.

Acreditamos que é possível articular políticas para os três eixos, de forma coesa, de forma coordenada, integrada porque só assim faz sentido, só assim poderemos falar de justiça interjuncional e de verdadeira sustentabilidade.

Temos todos de ser ECO - Conscientes , de um Futuro bem Presente.